



CURITIBA

# Educação para a Paz

**SME**



Reflexões e  
possibilidades para  
conceber uma  
Educação em  
Direitos Humanos



Secretaria Municipal da Educação  
Coordenadoria de Equidade, Famílias e  
Rede de Proteção

2024



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

Rafael Greca de Macedo

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Maria Sílvia Bacila

SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA

Oséias Santos de Oliveira

DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA

Maria Cristina Brandalize

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, ESTRUTURA E INFORMAÇÕES

Adriano Mario Guzzoni

COORDENADORIA DE REGULARIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS  
INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS

Eliana Cristina Mansano

COORDENADORIA DE OBRAS E PROJETOS

Guilherme Furiatti Dantas

COORDENADORIA DE RECURSOS FINANCEIROS DESCENTRALIZADOS

Margarete Rodrigues de Lima

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO EDUCACIONAL

Andressa Woellner Duarte Pereira

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Kelen Patrícia Collarino

DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

Simone Zampier da Silva

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Estela Endlich

DEPARTAMENTO DE INCLUSÃO E ATENDIMENTO EDUCACIONAL  
ESPECIALIZADO

Gislaine Coimbra Budel

COORDENADORIA DE EQUIDADE, FAMÍLIAS E REDE DE PROTEÇÃO

Sandra Mara Piotto

COORDENADORIA DE PROJETOS

Andréa Barletta Brahim



## CARTA DA SECRETÁRIA

Aos profissionais da Rede Municipal de Ensino de Curitiba.

O caderno Educação para paz: reflexões e possibilidades, para conceber uma Educação em Direitos Humanos, apresenta um encontro entre todos os departamentos e coordenadorias da SME que coloca em movimento diferentes ideias e coletivos e dá atenção à nossa forma de existir no mundo.

A educação da paz é mais do que um conceito, é uma construção diária, transdisciplinar e que não existe sem a Educação em Direitos Humanos. Ela não se limita à ausência de conflitos ou violências, mas se manifesta na escolha do diálogo, no amor enquanto ação, na valorização da diversidade.

A educação para paz é uma construção coletiva e contínua, que exige coragem para enfrentar desigualdades, superar preconceitos e transformar adversidades em oportunidades de aprendizado e crescimento. É uma busca de harmonia não apenas entre as pessoas, mas também com o ambiente que nos cerca, confirmando nossa interdependência e responsabilidade.

A educação é um dos pilares mais sólidos dessa construção. É por meio dela que se aprende a dialogar, a resolver conflitos, a cultivar o respeito mútuo e a compreender que as diferenças não são barreiras, mas pontes que nos conectam e enriquecem. Nas escolas, a educação para a paz floresce quando crianças e jovens encontram espaços de acolhimento, onde são vistos e valorizados.

Promover a paz é um ato de amor — consigo mesmo, com os outros e com o mundo. É escolher, a cada dia, a convivência respeitosa em vez da intolerância, o diálogo em vez do confronto, a união em vez da divisão. Assim, construímos um presente mais harmonioso e lançamos as bases para um futuro no qual a paz seja a linguagem.

Que possamos, juntos, sermos semeadores da paz, espalhando, em cada gesto e palavra, a esperança de um mundo melhor.



Maria Sílvia Bacila  
**Secretária Municipal da Educação**



## SUMÁRIO

EDUCAÇÃO PARA A PAZ: REFLEXÕES E POSSIBILIDADES PARA CONCEBER UMA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	11
EDUCAÇÃO PARA A PAZ: PROPOSTAS E POSSIBILIDADES PARA UMA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NAS UNIDADES EDUCACIONAIS DE CURITIBA	29
PRESERVAÇÃO DA VIDA: DESPERTANDO O CUIDADO DE SI MESMO	32
DEMOCRACIA PARA ALÉM DO VOTO	37
DEMOCRACIA, LAICIDADE E EDUCAÇÃO PARA A PAZ	40
CONSTRUINDO PONTES PARA A PAZ: UMA AULA DE CAMPO NA DIVERSIDADE CULTURAL	45
POVOS EM MOVIMENTO E INTERCULTURALIDADE	49
EDUCAÇÃO PARA PAZ: POR UMA CULTURA SEM ESTEREÓTIPOS	56
A EDUCAÇÃO PARA A PAZ: PENSANDO A (RE)EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	62
CONEXÕES ANCESTRAIS: APRENDENDO COM A NATUREZA E OS POVOS INDÍGENAS	68
ARTE, CULTURA E A EDUCAÇÃO PARA A PAZ	76
ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA PARA A SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E A EDUCAÇÃO DA PAZ	81
A EDUCAÇÃO PARA PAZ NO COTIDIANO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	86
PROGRAMA CURITIBINHAS NA INCLUSÃO, BULLYING NÃO!	91
A PAZ É UMA ÁRVORE QUE, SE REGADA COM GENEROSIDADE, TRARÁ OS MAIS DOCES FRUTOS	95

O RESPEITO, A COLABORAÇÃO E A PROMOÇÃO DO DIÁLOGO CONSTRUTIVO NA SOCIEDADE	101
EDUCAÇÃO PARA A PAZ EM TEMPO AMPLIADO	104
PROJETO EDUCAÇÃO PARA A PAZ: CONECTANDO GERAÇÕES	107
CONTANDO E ENCANTANDO COM HISTÓRIAS DO MUNDO TODO	110
EDUCAÇÃO PARA A PAZ COM JOGOS ONLINE/TABULEIRO	116
COORDENADORIA DE REGULARIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS	119
REFERÊNCIAS	121





# EDUCAÇÃO PARA A PAZ: REFLEXÕES E POSSIBILIDADES PARA CONCEBER UMA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Começar por sempre pensar no amor como uma ação, em vez de um sentimento, é uma forma de fazer com que qualquer um que use a palavra dessa maneira automaticamente assuma responsabilidade e comprometimento (hooks,<sup>1</sup> 2021, p. 47).

Iniciamos este caderno como uma roda de conversa que apresenta essas potentes palavras de bell hooks. Nessa circularidade, no trabalho coletivo, trazemos a construção de práticas, partilhas, experiências, conquistas e aprendizados.

Uma construção coletiva que nos coloca como seres aprendentes, em processo e em constante formação, que evidencia a necessidade de “ser mais”, como dizia Paulo Freire (2014).

Essa é uma coletânea de ideias para falar, debater, promover um Bem Viver<sup>2</sup> entre nós. Propostas compartilhadas não só para promoverem o encontro entre todos os departamentos da Secretaria Municipal da Educação (SME) de Curitiba, mas para pôr em movimento um encontro de diferentes coletivos para dar atenção à nossa forma de existir no mundo.

---

<sup>1</sup> O nome bell hooks, pseudônimo empregado em letra minúscula, respeita a escolha da própria autora, Gloria Jean Watkins, como um posicionamento político que busca refletir sobre as convenções linguísticas e acadêmicas, preferindo dar ênfase na sua obra e não na sua pessoa. Desse modo, respeitou-se seu posicionamento e assim não se seguiu as regras da ABNT para as citações e referências da autora.

<sup>2</sup> Bem Viver não é definitivamente ter uma vida folgada. O Bem Viver pode ser a difícil experiência de manter um equilíbrio entre o que nós podemos obter da vida, da natureza, e o que nós podemos devolver. É um equilíbrio, um balanço muito sensível e não é alguma coisa que a gente acessa por uma decisão pessoal. Quando estamos habitando um Planeta disputado de maneira desigual, e no contexto aqui da América do Sul, do país em que vivemos que é o Brasil, que tem uma história profundamente marcada pela desigualdade, a gente simplesmente fazer um exercício pessoal de dizer que vai alcançar o estado de ‘Buen Vivir’, ele é muito parecido com o debate sobre sustentabilidade, sobre a ideia de desenvolvimento sustentável”. (Krenak, 2020, p. 8-9).

É um chamado especial para discutir as emergências do tempo presente, um chamado para o entendimento das nossas ações na vida coletiva, para entender que somos o que somos por meio de outras pessoas.

### Ubuntu “eu sou porque nós somos”

*Ubuntu* é um modo de vida com o qual todos podemos aprender [...] Originária de uma filosofia sul-africana, ela abrange todas as nossas aspirações sobre como viver bem, em união. Sentimos ubuntu quando nos conectamos a outras pessoas e compartilhamos certo senso de benevolência; quando ouvimos com atenção e experimentamos um vínculo emocional; quando tratamos a nós mesmos e aos outros com a dignidade merecida. (Ngomane, 2022, p. 13).

Por isso, essa roda de conversa é um trabalho a muitas mãos, sem receita pronta ou manual a ser seguido.

A **roda** é um dos valores civilizatórios afro-brasileiros, Azoilda Loretto da Trindade conceitua esses valores como aqueles princípios e normas que constituem nossa existência no âmbito das nossas subjetividades e coletividades. Ela acredita que “[...] em diálogo com valores humanos de várias etnias e grupos sociais, imprimimos valores civilizatórios de matriz africana à nossa brasilidade que é plural” (Silva, 2021, p. 53). Sendo assim, a **roda** é considerada como espaço dialógico que favorece o desenvolvimento integral do ser humano. Isso porque o formato **circular** favorece o encontro e a comunicação entre as pessoas, pois permite que todos possam se olhar e ter uma visão do todo, percebendo os outros e a si mesmo (Lourenço, 2019). **Ao sentarmos em círculo, o primeiro ensinamento que temos é que cada pessoa importa, é valorizada e é vista pelo grupo. Nele, o conhecimento se tece também em diálogos, em redes, sensações, observações e sentimentos.**

É nessa perspectiva que entendemos a construção da **Cultura de Paz**<sup>3</sup> na educação como algo necessário, possível e urgente. A paz é uma prática cultural que precisa ser aprendida, vivida e cultivada. É um aprender, fazer e refazer contínuo realizado na coletividade. E não há como falar em Educação para a Paz sem essa reflexão.

A Educação em Direitos Humanos parte de três pontos: primeiro, é uma educação permanente, continuada e global. Segundo, está voltada para a mudança cultural. Terceiro, é educação em valores, para atingir corações e mentes e não apenas instrução, ou seja, não se trata de mera transmissão de conhecimentos.

É a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e paz (Benevides, 2000, p. 1).

**Educação em Direitos Humanos (EDH)** e também sobre o nosso modelo de sociedade. Compreender qual sociedade queremos é necessário, pois é a partir desse entendimento, que poderemos tomar consciência das nossas ações e estruturar estratégias de transformações pautadas na Educação para a Paz. Significa que não estamos satisfeitos com os valores que embasam a sociedade vigente e, por isso, queremos fortalecer outros.

- **Qual mundo queremos?**
- **Qual projeto de sociedade queremos?**

---

<sup>3</sup> O conceito de cultura de paz nasceu no Congresso Internacional sobre a Paz nas Mentos dos Homens, liderado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura na Côte d'Ivoire, ou Costa do Marfim, em julho de 1989. Participantes de todos os continentes se reuniram em torno de diálogos e ações de conscientização acerca da Paz. Por meio de reflexões oriundas do congresso, foi reconhecido que a violência não é determinada biologicamente e que os seres humanos não estão predestinados a comportamentos violentos. Desde então, a promoção da paz é sublinhada pela comunidade internacional e inspira atividades em vários níveis e regiões com a participação da sociedade civil, aspirando que se torne um "movimento global". Segundo a ONU (1999), a cultura de paz é "um conjunto de valores, atitudes, modos de comportamento e de vida que rejeitam a violência, e que apostam no diálogo e na negociação para prevenir e solucionar conflitos, agindo sobre suas causas".

- **Como é ser criança<sup>4</sup> /adolescente/jovem/adulto/idoso nessa sociedade?**
- **Qual escola queremos?**
- **Para tal, as práticas pedagógicas estão favorecendo esse projeto?**

Também devemos lançar olhares sobre a escola dentro dessa sociedade. Pois, a partir do pressuposto de que ela é um espaço dinâmico, um lugar sociocultural, podemos compreender que ela abarca duas dimensões: por um lado, é uma instituição pautada por regras e normas que a tornam um sistema escolar; por outro, é constituída por sujeitos imersos em redes de relações, tramas sociais de acordos, confrontos e interesses, espaços de apropriação constante de práticas e saberes entre a instituição e os indivíduos. Ao mesmo tempo que a escola é o espaço para a sistematização e a ressignificação de saberes, ela também é um lugar diverso e não tem o objetivo de se tornar homogeneizadora, como ensinou Paulo Freire (2014), a escola não tem como função homogeneizar uma visão de mundo, nem de destituir o ser humano de sua finitude. Outrossim, a escola se mostra como espaço privilegiado para conhecer e reconhecer as diferenças. A escola é, portanto, um espaço sociocultural (Dayrell, 2001). Na escola, sobretudo, a pública, o diferente tende a ser mais visível e a vivência da igualdade, da tolerância e da solidariedade impõe-se com maior vigor. O objetivo maior dessa educação na escola é fundamentar o espaço escolar como uma verdadeira esfera pública democrática.

No entanto, sendo um espaço dinâmico e intenso de relações, não se exime de conflitos, até porque estes são inerentes à sociabilidade, assegurando o processo de crescimento e transformação. Por outro lado, o contexto

---

<sup>4</sup> Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), 1990, considera-se criança, a pessoa até 12 anos de idade incompletos e adolescente aquele entre 12 e 18 anos de idade. De acordo com o Estatuto da juventude, considera-se jovens pessoas de 15 a 29 anos e segundo o estatuto da pessoa idosa pessoas com 60 anos ou mais. Com base nessas informações, na escrita desse material, escolhemos usar essas nomenclaturas para referir a essas faixas etárias.

das escolas é afetado pelas manifestações das violências sob diversas formas e sentidos, sejam elas simbólicas, físicas ou **microviolências\***, interferindo substancialmente nas relações e convivências sociais e, por consequência, no processo de ensino-aprendizagem.

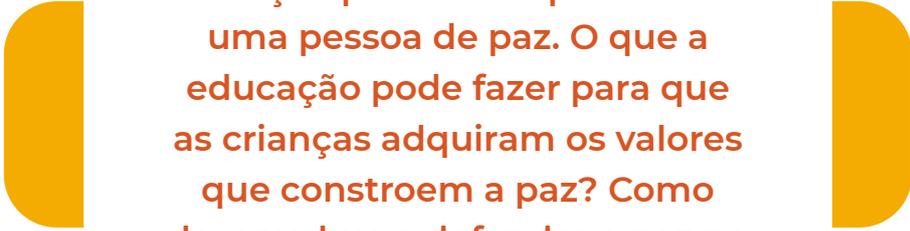
Educar para a paz implica que os espaços educativos precisam ser de fato o lugar de encontro das diferentes identidades. Identidades estas que são fruto de uma construção familiar, cultural, comunitária, social e religiosa. Se nós queremos uma sociedade menos violenta, que respeite e reconstrua a relação com a natureza, que promova o diálogo para solução de conflitos, nós precisamos refletir acerca dos valores que temos promovido no cotidiano das nossas unidades. Não há como superar a violência numa instituição educacional que mantém e alimenta ambientes agressivos, de hostilidade, de competitividade entre as crianças e entre os adultos. O compromisso com a infância, com a educação e com o mundo perpassa a necessidade de desconstruir estigmas e culturas de competição, daquele “que chega primeiro”, do melhor. Essa educação coloca o outro como concorrente, reforça a individualidade, valoriza o esforço individual e culpabiliza o indivíduo pelo fracasso.

Todos falam sobre PAZ, mas ninguém educa para a paz. As pessoas educam para a competição, e esse é o início de qualquer guerra. Quando educarmos para cooperarmos e sermos solidários uns com os outros, nesse dia estaremos educando para a paz (Montessori, 2014).

Paz não é simplesmente a ausência de guerra, de violência e de conflitos. É o amor enquanto ação, como elencado por

\*Aqueles que são despercebidas até naturalizadas sem que haja preocupação acentuada a respeito, que impacta direta ou indiretamente o público escolar, causando uma convivência fragilizada e um clima inseguro. As microviolências manifestam no espaço escolar com ofensas diversas, ridicularizações, insultos, apelidos, difamações e/ou palavras, enfim, uma variedade de expressões que perturba o ambiente das escolas sem contar as violências referentes a discriminações, como racismo, misoginia, homofobia e outros preconceitos presentes no chão da escola. (Silva et al., 2001, p. 315).

hooks (2021). É a escolha do diálogo como meio de resolver desentendimentos. É dar mais atenção àquilo que aproxima e une do que ao que diferencia e separa. É um sentimento e uma ação afirmativa de respeito ao outro, de convivência respeitosa e valorização das diferenças.



**Resta agora perguntar como a educação pode atuar para formar uma pessoa de paz. O que a educação pode fazer para que as crianças adquiram os valores que constroem a paz? Como desenvolver e defender a paz no dia a dia?**

A educação, por ser o principal e mais prolongado contato social além das relações familiares, é um espaço privilegiado para aprendizagem sobre a paz e novas práticas culturais. É por meio da educação que a criança conhece outra realidade, outras pessoas e que aprende novas maneiras de se relacionar.

É por meio das relações com o outro que as crianças vão dialogar, interagir e experienciar a humanização, “não nascemos humanos, nos fazemos. Aprendemos a ser. [...] Toda criança nasce humana, mas isso não basta, temos que aprender a sê-lo”. (Arroyo, 2000, p. 53).

Para tanto, os ambientes educativos são espaços-tempo que possibilitam a compreensão da realidade, são “lugares” que se preocupam com a maneira como as crianças estão se percebendo como sujeitos, são espaços que contemplam e desenvolvem as dimensões de ser humano, concebendo-o enquanto sujeito social, histórico, de direitos e produtor de cultura.

Conceber as crianças como sujeitos de direitos e protagonistas favorece o aprendizado de uma Educação para Paz que vai ser construída e aprendida e, que, de acordo com Freire (2014), inicia-se com o autoconhecimento, com a responsabilidade, com o prazer de ser gente, com a busca das limitações, das capacidades e habilidades e com a consciência do inacabamento.

Considerando os Direitos Humanos e a Educação para a Paz como um direito, concebemos a educação como um espaço para a realização de práticas mais humanizadoras, uma vez que muitas crianças vivem situações de discriminação, exploração, desigualdade e violência da sociedade e da família.

Por isso, toda forma de educação é política e Educar para a Paz é uma proposta político-pedagógica. Educar para a Paz é um compromisso com a infância, com as famílias, com a educação, com o mundo, pois como apontado por Freire (2006, p. 391), precisamos desde a mais tenra idade formar as crianças na Cultura da Paz, que necessita desvelar e não esconder, com criticidade ética, as práticas sociais injustas, incentivando a colaboração, o respeito com o diferente, o espírito de justiça e da solidariedade.

O atual momento histórico, político, social e cultural, exige que, no âmbito da educação seja reafirmado o papel da sociedade, da equidade e da justiça social em uma perspectiva inclusiva como fundamentais para a superação das desigualdades. A justiça social nos leva a compreender que a pobreza, a miséria, o racismo, o sexismo, a xenofobia, a misoginia, o capacitismo, a LGBTIfobia e todo e qualquer tipo de discriminação, preconceito, violência e intolerância devem ser entendidos como injustiças sociais geradoras de desigualdades educacionais que devem ser enfrentadas. Uma sociedade justa é aquela feita de diversidade e diferenças e que preza pela equidade e defesa do Estado

Democrático de Direito em consonância com a Constituição Federal de 1988 e todo o arcabouço legal brasileiro que defende os direitos humanos.

Por isso, é importante a afirmação dos ambientes educativos como espaços fundamentais na valorização da diversidade e promoção, defesa e garantia de cidadania, considerando os princípios da Educação em Direitos Humanos como ação fundante das práticas pedagógicas.

Portanto, não existe Educação para a Paz sem Educação em Direitos Humanos.

Quando falamos em cultura, não nos limitamos a uma visão tradicional de cultura como conservação, seja dos costumes, das tradições, das crenças e mesmo dos valores – muitos dos quais devem, é evidente, serem conservados. A cultura de respeito à dignidade humana orienta-se para a mudança no sentido de eliminar tudo aquilo que está enraizado nas mentalidades por preconceitos, discriminação, não aceitação dos direitos de todos, não aceitação da diferença (Benevides, 2000, p. 1).

Nesse sentido, fazemos uma escolha política de abordar a **Educação para a Paz** por meio dos **princípios da Educação em Direitos Humanos<sup>5</sup>**, uma vez que tendo garantido todos os princípios, certamente encontraremos uma sociedade mais justa, democrática e de paz a todos os grupos sociais existentes.

É importante salientar que essa construção não é de retorno rápido e sua intencionalidade nada tem a ver com a construção de um protocolo de contenção de medidas para combater a violência, mas com um despertar e transformar para a não-violência, questionando a própria cultura de seu entorno, a fim

<sup>5</sup> Os princípios para EDH são apresentados nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (DNEDH). Trata-se de uma resolução voltada para os sistemas de ensino, englobando a educação básica e ensino superior e deve ser adotada por todas as pessoas envolvidas nos processos educacionais.

de romper com seus (pre)conceitos sobre as possibilidades de ser e existir, fazer e pertencer.

De forma sintética, a Educação para a paz diz respeito a uma visão de mundo que favorece o diálogo e a mediação de conflitos, dissolvendo e erradicando atitudes e ações violentas, respeitando os vários modos de pensar e agir.

Como bem diz a sabedoria ancestral africana através do provérbio “Para educar uma criança, precisa-se de uma aldeia inteira”, o envolvimento e compromisso de crianças e adolescentes, famílias, docentes e não-docentes, equipe diretiva e pedagógica é imprescindível para sensibilizar a transformação de hábitos e crenças pautados nos princípios da Educação em Direitos Humanos.

Ao defendermos o primeiro e talvez o mais importante de todos os princípios, o da **dignidade humana**, nos referimos aos direitos que são humanos e que confere respeito e constante humanização.

De acordo com Maria Victória Benevides (2000), este princípio está para além do que é racional, tendo em vista que a dignidade decorre de características que são únicas e exclusivas da pessoa humana, pois só o ser humano tem a memória e a consciência de sua própria subjetividade, de sua própria história no tempo e no espaço, se enxergando como um sujeito no mundo. Somente ele pode desenvolver suas potencialidades no sentido da cultura e do autoaperfeiçoamento vivendo em sociedade, expressando-se através do amor, da razão e da criação estética, que são essencialmente comunicativas. É o único ser histórico, em perpétua transformação pela memória do passado e pelo projeto do futuro.

O respeito à dignidade humana, devendo existir em qualquer tempo e lugar, diz respeito à necessária condição de **igualdade de direitos**.

Qualquer indivíduo, em qualquer lugar, deve ser reconhecido como portador de direitos. Este princípio também está ligado à ampliação de direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, religiosos e ambientais a todos os cidadãos e cidadãs, com vistas a sua universalidade, sem nenhuma distinção entre os diferentes grupos sociais.

Como princípio fundador da democracia e dos direitos humanos, igualdade não significa homogeneidade. Dessa maneira, o direito à igualdade pressupõe o direito à diferença. Ora, se vivemos em uma democracia, termo que vem de *dēmokratía* ou “governo do povo”, precisamos pensar numa estrutura que garanta o bem-estar do povo, ou seja, que o receba, o respeite e o resguarde em todas as suas diferenças e especificidades.

O princípio de equidade, presente na legislação educacional brasileira, está relacionado ao senso de justiça e traz a responsabilidade para toda a RME em considerar as diferenças no processo de ensino e de aprendizagem, mobilizando ações comprometidas com o combate ao insucesso escolar. Portanto, a escola que fundamenta-se na equidade promove a aprendizagem, que é o cerne do trabalho educativo (Curitiba, Prefeitura Municipal, 2020d, p. 17).

A construção da igualdade de direitos pressupõe, obrigatoriamente, o enfrentamento das desigualdades existentes. Esta construção infere o reconhecimento e valorização da diversidade, como característica do ser humano, no desenvolvimento sócio-histórico, linguístico, cultural, econômico e político da sociedade.

Compreendemos que **equidade**<sup>6</sup> e igualdade não são sinônimos, embora sejam interdependentes, em uma perspectiva igualitária, podemos perceber o atendimento de todos os sujeitos da mesma forma, a partir dos mesmos critérios, disponibilizando os mesmos recursos. Contudo, a equidade considera os diferentes contextos históricos, sociais, culturais e econômicos aos quais os sujeitos estão inseridos e que fazem com que a apropriação de bens e recursos seja diferente para os grupos sociais. Ou seja, a igual distribuição da educação só reproduz as desigualdades sociais já existentes, tendo em vista as diferenças do ponto de partida do percurso de escolarização “Como as situações e as capacidades dos indivíduos não são idênticas à partida, nada mudaria ao oferecer-se a todos os mesmos direitos e as mesmas condições de existência” (Crahay, 2002, p. 49). Portanto, os princípios da equidade e da inclusão social estão diretamente ligados ao senso de justiça, à garantia de direitos básicos, à valorização da diversidade, ao fortalecimento da **democracia** e ao desenvolvimento da autonomia, isto é, ligados à mobilização de ações comprometidas na busca do combate às injustiças e à transformação da realidade.



**Não há democracia sem respeito aos Direitos Humanos, da mesma forma que a democracia é a garantia desses direitos. (Brasil, 2012, p. 10).**

A ação política democratizante no interior dos espaços escolares ocorre pela transformação das práticas sociais que se desenvolvem em seu interior, tendo em vista a necessidade de se ampliar os espaços de participação, de interesse entre as

---

<sup>6</sup> As DNEDH não contemplam a Equidade como um princípio de EDH. A Rede Municipal de Ensino (RME) de Curitiba, desde 2017, inclui, difunde e defende esse conceito como importante princípio para a consolidação da EDH na SME.

discussões, respeitando as diferenças entre os diversos sujeitos e grupos, viabilizando, nesse processo, a horizontalização das relações.

Repensar como vem sendo realizada a escuta a todos em seus espaços, principalmente às crianças, adolescentes e jovens é também incentivá-los a assumirem o protagonismo pela democracia, pelos direitos humanos, pela paz, pela redução de desigualdades e pela defesa planetária. Assim, todos podem ser agentes transformadores de diferentes realidades em prol de uma Educação pela Paz, independentemente de onde atuam.

Considerando que o processo democrático no âmbito das instituições escolares não ocorre apenas no momento da eleição dos representantes ao cargo de gestão, há de se destacar que para a garantia efetiva de uma sociedade, e conseqüentemente, de uma escola democrática, será necessário também um processo de vivência diária e de construção coletiva que garanta condições de acesso e permanência ao direito educacional.

Para a garantia efetiva de uma escola democrática na sociedade, será necessário também o **reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades**, tendo em vista que somos uma sociedade pluriétnica, pluricultural e multirracial. É importante reconhecer, acolher, valorizar e incluir a diversidade da vida humana como maneiras de oferecer cuidado e proteção, assegurando que cada pessoa possa sentir que sua vida importa tanto quanto qualquer outra vida, desenvolvendo a capacidade de enxergar o outro, mesmo que desconhecido, como inteiramente humano de forma a não o tratar como alguém sem valor, independentemente de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, raça, crença, tipo físico, idade ou classe social.

A diversidade é uma condição que faz parte de tudo o que é vivo e para respeitá-la é necessário perceber e reconhecer a importância da existência de diferenças.

O direito à diferença nos protege quando as características de nossa identidade são ignoradas ou contestadas; o direito à igualdade nos protege quando essas características são destacadas para justificar práticas e atitudes de exclusão, discriminação e perseguição (Benevides, 2007, p. 340).

Uma educação que desenvolve o reconhecimento das diferenças do outro, que estabelece o diálogo entre os diferentes grupos socioculturais, objetivando a construção de uma sociedade democrática, plural e humana, necessariamente também reconhecerá o princípio da **laicidade**.

A laicidade é um princípio intrínseco e indissociável da democracia. Ora, se a democracia é o governo do povo e para o povo, respeitar as gentes em todas as suas dimensões: social, biológica, racional e também espiritual, é fundamental para que se estabeleça a democracia. A laicidade, ao contrário de algumas interpretações, é, na verdade, a garantia da liberdade religiosa.



Respeite mais, julgue menos!  
Perdoe mais, condene menos!  
Abraça mais, empurre menos!  
E se o assunto for religião,  
Seja razão, seja sua razão.  
Mas também seja coração,  
Aliás, seja plural, seja corações  
De todas as crenças,  
De todas as cores,  
De todas as fés  
De todos os povos,  
De todas as nações!  
Não transforme sua fé  
Em uma cerca de arames cortantes!  
Use ela pra se transformar  
Em alguém melhor que antes.  
Em alguém melhor que ontem!  
Se transforme, transforme alguém,  
Afinal, do que vale uma prece  
Se você não vai além?  
Se você não praticar o bem!  
Pratique o bem  
Sem olhar a quem!  
Sem se preocupar com a crença de ninguém!  
Pois acredite,  
Deus não tem religião também!  
Deus é o próprio bem!  
Deixe Deus ser o Deus de cada um!  
Deixe cada um ter o Deus que quiser ter!  
Seja você! E deixe o outro ser  
O que ele quiser ser!  
Seja menos preconceito!  
Seja mais amor no peito!  
Seja amor, seja muito amor!  
E se mesmo assim for difícil ser  
Não precisa ser perfeito.  
Se não der pra ser amor  
Seja pelo menos RESPEITO!

**Bráulio Bessa**

O Brasil é um país multirreligioso e não tem uma religião oficial. Todos têm direito às suas próprias crenças e à liberdade religiosa, sendo dever do Estado garantir o respeito à liberdade a essas vivências religiosas, não permitindo que aconteçam ações violentas pautadas por intolerância ou racismo religioso, assim como é citado no artigo 5.º, inciso VI, da Constituição Federal de 1988. E não há como pensar em laicidade sem tratar diretamente das particularidades que permeiam o princípio da **interculturalidade**<sup>7</sup>. Cada cultura apresenta uma riqueza religiosa e todas essas diversidades precisam ser respeitadas e valorizadas de forma que uma religião não se sobreponha à outra, incluindo aqueles que não possuem pertença a nenhuma fé, a nenhuma religião. Se uma dessas culturas está recorrentemente presente no discurso, na prática precisa ser cuidadosamente repensada e neutralizada.

Entendemos que respeitar a presença ou a ausência de fé, a religião e espiritualidade de diversas culturas auxilia na construção de uma Educação para Paz, por meio de relações solidárias que dissolvam impressões e conflitos históricos desumanizadoras.

Sempre que a humanidade pretendeu promover a pureza cultural e étnica, as consequências foram trágicas: genocídio, holocausto, eliminação e negação do outro. A hibridização cultural é um elemento importante para levar em consideração na dinâmica dos diferentes grupos socioculturais. (Candau, 2008, p. 51).

As unidades educacionais precisam zelar e promover a diversidade de crenças e não crenças, oportunizando inclusão e empatia pelas diferenças culturais e religiosas das pessoas; prezar pela ampliação do conhecimento e pontos de vista, oportunizar a construção de pontes e dissolução de preconceitos que pode acontecer desde o acolhimento das crianças e

---

<sup>7</sup> As DNEDH não contemplam a interculturalidade como um princípio de EDH, esse conceito aparece de forma transversal nos outros princípios. A Rede Municipal de Ensino de Curitiba, desde 2017, inclui, difunde e defende a importância deste conceito estar em destaque como princípio para a consolidação da EDH na SME.

estudantes até a realização de propostas e atividades que desenvolvam a criticidade e estimulem o interesse pelas culturas e religiões que compõem a cultura brasileira.

Educar para a Paz é contribuir na formação de novas gerações, oportunizando espaços de diálogo, sociabilidade, respeito à diversidade de diferentes formas de vida, humanas ou não, a partir de uma perspectiva existencial e holística para compreender que a **sustentabilidade socioambiental** envolve todo o planeta, com equidade, onde o bem de alguns não se faça às custas do prejuízo de outros.

Na perspectiva da Educação em Direitos Humanos, a efetivação de uma educação ambiental busca a reformulação de conceitos ambientais e sustentáveis, emergindo como direito fundamental de todo ser humano, e, conseqüentemente, um direito que defende a educação ambiental voltada para uma inter-relação entre meio ambiente e direitos humanos. Dessa maneira, este princípio ressalta o direito de viver em condições de saúde e paz, construindo relações sustentáveis com o outro, consigo mesmo e também com o espaço público como bem coletivo e de utilização democrática. Portanto, só há sentido no desenvolvimento sustentável quando este proporciona melhoria na qualidade de vida de todos e todas<sup>8</sup>, o que inclui não só as relações sociais e a preservação do meio ambiente, mas as oportunidades criadas para o exercício da cidadania, da preservação da diversidade da vida e das culturas, condição essencial para a sobrevivência da humanidade de hoje e das futuras gerações. A compreensão da interdependência de todos os seres vivos e não vivos, em uma intrínseca teia que sustenta a vida no planeta, é condição essencial para o respeito e o cultivo de valores que alicerces uma nova ética de vida, dado que

---

<sup>8</sup> Na escrita deste documento, destacam-se inicialmente os atores do processo educativo em suas formas masculina e feminina. Deste ponto em diante, apresentamos apenas a marca do masculino, conforme normatização da Língua Portuguesa para facilitar a leitura do material, sem, contudo, desconsiderar a importante caracterização de gênero nos tempos atuais.

As características gerais dessa nova ética são, portanto, a garantia da justiça social, a atenção ao uso adequado e equanimemente compartilhado dos bens naturais, o compromisso de cada um com a preservação de condições de vida atuais e futuras [...] (Marín; Guérios; Stoltz, 2010, p. 87).

Tomar consciência de si e do outro e de que das ações humanas depende a manutenção de vida no planeta, conduz o ser a uma nova racionalidade que considera o coletivo, e valoriza o outro, estabelecendo relações mais dialógicas, pacíficas e respeitosas.

De acordo com Gadotti (2009, p. 57), “para ser sustentável, o desenvolvimento precisa ser ambientalmente correto, socialmente justo, economicamente viável e culturalmente respeitoso às diferenças”. É por isso que precisamos buscar filiações que nos tornem mais humanos, assim como é o resgate do Bem viver dos povos indígenas, que encontram nos rios, nas pedras, nas plantas, nos animais e em outros seres vivos a paz e, por isso, os respeitam. Mas existem outras comunidades que também defendem a cosmovisão do diálogo e integração na inter-relação do ser humano com a natureza, tais como os povos e comunidades tradicionais, dependendo do conhecimento ancestral e tradicional acerca do ambiente que o cercam para sua subsistência e existência.

Para conceber todas essas particularidades que estão presentes numa Educação para a Paz, é necessário ressaltar a importância da **transversalidade**, a partir do diálogo transdisciplinar. Não há hora marcada para realizar a EDH, ela deve ocorrer nas subjetividades e sutilezas do cotidiano das unidades escolares. Muito mais do que conteúdo dos componentes curriculares, ela faz parte da **vivência** prática da construção dos valores éticos, os quais devem envolver toda a comunidade escolar, a fim de estimular e fortalecer os diálogos entre as perspectivas locais, regionais, nacionais e mundiais das experiências dos estudantes. Trata-se de uma educação permanente e *global*, difícil e

complexa, porém, não impossível. É certamente uma utopia, mas que se realiza na própria tentativa de realizá-la.

Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para caminhar (Fernando Birri *apud* Eduardo Galeano, 1994).

Caminhar então para a construção de uma Educação para a Paz que exige um compromisso coletivo, ético, político e de esperança. Que sigamos caminhando e esperando (FREIRE, 1992) por um mundo mais justo e equitativo, em que todos tenham sua dignidade e o direito à paz garantido.

É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar, porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperar é ir atrás, esperar é construir, esperar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperar é juntar-se com outros para fazer de outro modo. (Freire, 1992, p. 248).

### **Palavras finais para uma conversa que não se esgota**

Almejamos que essas provocações possam, de alguma forma, despertar e fortalecer um olhar e um fazer pedagógico capaz de transformar o mundo em um lugar mais amoroso, generoso, harmônico e que despertemos não somente para as nossas atitudes, mas também nossa forma de (re)existir no planeta. Por isso, convidamos você a caminhar conosco e construir nessa roda de conversa propostas pedagógicas com a temática da Educação para a Paz.

A Educação para a Paz está – tem de estar – presente em todas as palavras, todas as atitudes, todos os momentos de todos os dias. (Dupret, 2002, não p.).

Como podemos transformar as ideias e ideais associados à Educação para Paz em políticas públicas e ações que realmente transformem vidas?

Podemos encontrar algumas respostas nas práticas educacionais, com sugestões baseadas em experiências do cotidiano. As temáticas de Educação em Direitos Humanos perpassam todas as ações dentro das unidades educacionais. Tais ações, são fundamentadas no desenvolvimento humano, pela interação entre os indivíduos e o mundo ao seu redor. É um processo que deve ter como foco formar cidadãos conscientes, compreendendo a diversidade, a pluralidade, garantindo dignidade e igualdade de oportunidades, estimulando a autonomia.

As abordagens pedagógicas propostas neste caderno promovem o diálogo sobre os problemas enfrentados no cotidiano, permitindo que expressem suas visões de mundo; que por sua vez, contribuem na sensibilização e conscientização da sua realidade e a realidade circundante. Essas ações pedagógicas são guiadas pelos princípios do Currículo da SME, dos interesses coletivos e individuais, buscando alcançar objetivos específicos sem ser neutra e com intencionalidade.

As intencionalidades pedagógicas também perpassam a escolha de artistas, obras, leituras, imagens, músicas, vídeos e textos, são oportunidades para contemplar e refletir sobre os direitos humanos e desconstruir discursos hegemônicos presentes na sociedade, afirmando de maneira positiva as diferentes culturas e indicando um espaço de resistência contra a manutenção de histórias únicas.

Nesse contexto, este caderno organizado pela Coordenadoria de Equidade, Famílias e Rede de Proteção conta com algumas sugestões elaboradas pelos profissionais dos diferentes departamentos que compõem a SME, com o objetivo de proporcionar discussões sobre Direitos Humanos, de forma transversal e global por meio de vivências. O intuito desse material é para além de propostas prontas e únicas, mas sugerir e ampliar as possibilidades de trabalho em todas as áreas do conhecimento, instigando, provocando, estimulando e ressignificando novas formas de pensar, agir e transformar o mundo.





Obeid, C; Riveiro, J. **Poesias para a paz**. Ilustração Vanina Stakoff. Curitiba, PR: Editora do Brasil, 2016.

### Onde está a paz?

(Obeid; Ribeiro, 2016)

No silêncio ou no barulho?  
No salto ou no mergulho?  
No perdão ou no orgulho?

Nos cantinhos da escola?  
Nos arames da gaiola?  
No cerol da rabiola?

Na bacia da esmola?  
No gatilho da pistola?  
Ou guardada na cachola?

Mas, onde está a paz?  
Paz está dentro de mim.  
Nas flores do jardim,  
Nos cantinhos dos avós,  
Paz está dentro de nós!

# PRESERVAÇÃO DA VIDA: DESPERTANDO O CUIDADO DE SI MESMO

Texto elaborado pela Coordenadoria de Equidade, Famílias e Rede de Proteção - CEFAR

Em meio aos marcos legais que garantem os direitos das crianças e dos adolescentes, a sociedade ainda continua reproduzindo com naturalidade algumas violências.

Já pensou por quanto tempo foram normalizadas algumas frases como:

Estou fazendo isso porque te amo.	Só um tapinha não dói.	Se você não entender por bem, vai ser por mal.
Dói mais em mim do que em você.	Apanhei durante a infância inteira e estou vivo.	É para seu próprio bem.

Mas como pode existir um amor, cuidado e proteção à base de violência? Sabemos que abusos e violências sofridas na infância têm consequências nocivas na vida dos adultos.

Abuso e negligência anulam o amor, o respeito e a paz e nenhuma pessoa pode ser considerada amorosa e respeitosa, mesmo que se declare, quando se comporta de maneira abusiva.

Para desenvolver uma Educação para Paz é preciso discutir o amor para além do sentimento. Amor como ação transformadora.

A autora bell hooks (2021) diz que através da construção de uma ética amorosa que seremos capazes de edificar uma sociedade verdadeiramente igualitária, fundamentada na justiça e no compromisso com o bem-estar coletivo.

E aqui está o grande ponto: nosso papel na escola é desmistificar o significado do amor e da prática de amar. É preciso usar definições nítidas de amor quando falamos com as crianças e precisamos assegurar que ações amorosas nunca sejam contaminadas pelo abuso.

Os valores que sustentam uma cultura e sua ética moldam e influenciam a forma como falamos e nos comportamos.

Para trazer a ética amorosa para todas as dimensões da vida, a sociedade precisaria abraçar a mudança (hooks, 2021).

Nessa perspectiva, propomos uma ação pedagógica que desperte o interesse de toda a comunidade escolar em desenvolver e ampliar a ética amorosa citada por hooks.



### Proposta 1:

Quanto mais formos capazes de cuidar de nós mesmos, mais saberemos cuidar dos outros e da sociedade. Ensinar o cuidado de si mesmo auxilia a proteger de perigos, desrespeito, desamparo, abandono, situações de negligência, discriminação, exploração, violência e opressão. Ensinar o autocuidado e contribuir na preservação da vida das crianças e adolescentes, além de um ato político, é uma medida de prevenção e proteção a eles.

Sugerimos o exercício do autocuidado como uma prática diária e de partilha entre as crianças/adolescentes, para que possam dividir quais foram as sensações que tiveram.

SEGUNDA-FEIRA RELAX	TERÇA-FEIRA MUSICAL	QUARTA-FEIRA DAS MEMÓRIAS	QUINTA-FEIRA DA GENTILEZA	SEXTA-FEIRA DA GRATIDÃO
Faça um relaxamento/meditação.	Pense numa música que te faz se sentir bem e cante para seus colegas.	Pense em algo que nesta semana deixou você feliz.	O que você poderia fazer por alguém hoje?	Faça um cartão para alguém que você seja grato.

**Observação:** essas sugestões podem ser alteradas e ampliadas conforme o contexto.

### Proposta 2:

Esta proposta pode ser uma variação da proposta anterior, por meio de um formato lúdico de roleta. Esse recurso pode ser produzido com a turma e ficar em algum local da sala para que seja utilizado conforme planejamento da professora.

Figura 1. Modelo de uma roleta



Fonte: imagem elaborada pelo autor (2024).

### Proposta 3:

A cada início de semana pode ser colocado, num painel da unidade, consignas com sugestões de ações que promovam a paz individual e coletiva.

## Exemplos:

- Dê bom dia, boa tarde e boa noite para as pessoas.
- Elogie alguém hoje.
- Experimente exercer a empatia.
- Escreva uma mensagem afetiva para alguém.
- Escute mais.
- Pratique um ato de generosidade.
- Tenha uma atitude de preservação ao planeta.
- Procure alguém de confiança para conversar sobre algo que te incomoda.
- Liste três motivos para agradecer o dia.
- Faça uma receita que traga uma memória afetiva.
- Siga pessoas nas redes que te façam bem, sorrir e refletir.
- Pratique uma gentileza.
- Escreva uma mensagem para alguém que esteja precisando de carinho.

- Alimente-se de forma saudável.
- Beba água.
- Doe algo que não usa que esteja em bom estado.
- Tente aprender algo novo.
- Faça um “detox” digital;
- Passeie com seu animal de estimação.
- Faça um passeio.
- Planeje em sua semana um momento de lazer.
- Aprenda técnicas de relaxamento e alongamento.
- Cultive a positividade.
- Incentive o descarte correto do lixo.
- Recorde algo bom.
- Escolha uma pessoa para oferecer um abraço.
- Sinta mais a natureza.

**Observação:** essas sugestões podem ser alteradas e ampliadas conforme o contexto.



### O livro dos sentimentos

Autor: Todd Parr



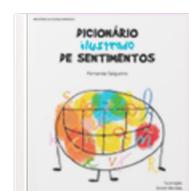
### O monstro das cores

Autora: Ana Llenas



### O novo de emoções

Autoras:  
Elizabete Neves e  
Natalina Cóias



### Dicionário ilustrativo de sentimentos

Autoras:  
Fernanda  
Salgueiro

Texto elaborado pela Coordenadoria de Equidade,  
Famílias e Rede de Proteção - CEFAR

A ação política democratizante no interior dos espaços escolares ocorre pela transformação das práticas sociais que se desenvolvem em seu interior, tendo em vista a necessidade de se ampliar os espaços de participação, de interesse entre as discussões, respeitando as diferenças entre os diversos sujeitos e grupos, viabilizando, nesse processo, a horizontalização das relações. Dessa maneira, o processo de democracia nas instituições escolares não ocorre apenas no momento da eleição dos representantes ao cargo de diretor e diretora, portanto, a comunidade/famílias e profissionais da unidade devem estar envolvidos nos processos e ações da escola. Está para além, sendo um processo de vivência diária e de construção coletiva, porque democracia se aprende e se desenvolve na prática.

Considerando o diálogo como parte das relações humanas, é imprescindível ouvir e falar, entender o ponto de vista do outro e expor o seu próprio com maior elucidação possível, procurando chegar a um ponto comum.

Assim, reuniões de conselho de escola, reuniões de Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF) e reuniões pedagógicas precisam ser cada vez mais instigadas para que os sujeitos de toda comunidade escolar aprendam a expressarem suas opiniões, escutar os demais, respeitar e serem respeitados.

Vivenciar a democracia desde a educação infantil está na intencionalidade de oportunizar espaços e momentos para as diversas formas de expressão (linguística, gestual, artística, corporal, entre outras).

Pensando na garantia do princípio da democracia, sugere-se uma checklist para um momento de reflexão nas unidades educacionais.

- Em que momentos são fortalecidas práticas de respeito e escuta entre profissionais e estudantes e entre os pares?
- A professora procura garantir o direito de todas as crianças serem ouvidas e que todas falem? Presta atenção às mais tímidas? Valoriza as produções das crianças para além da beleza estética?
- A professora oportuniza momentos de criações livres, promovendo o exercício de liberdade, desafio de criatividade e construção de experiências individuais sem intervenção?
- Com que frequência é colocado em prática o direito de todas as crianças falarem e serem ouvidas, de sentirem-se parte de um grupo, de serem respeitadas e descobrirem o valor de sua fala?
- Quando as crianças apresentam dúvidas, as perguntas são valorizadas e, de fato, respondidas?

A Rede Municipal de Ensino de Curitiba enfatiza a importância das ações que envolvam a representação estudantil com o intuito de fortalecer o princípio da democracia, de forma a estimular a participação dos estudantes em espaços de reflexão e elaboração de soluções coletivas.

Conforme a Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, do Plano Nacional de Educação,

Meta 19: assegurar condições para a efetivação gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. (...)

19.4. Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações. (Brasil, 2014).

O plano Decenal de Direitos Humanos para crianças e adolescentes de Curitiba eixo 4 assegura a participação, comunicação social e protagonismo de crianças e adolescentes buscando, dentre outros aspectos, promover a criação de programas e projetos para o desenvolvimento do protagonismo juvenil por meio do fortalecimento de competências e habilidades sociais, aquisição de conteúdos e construção de conhecimentos.

Figura 2: Banner sobre grêmios estudantis



Fonte: imagem elaborada pelo autor (2023).

E aqui convidamos para mais algumas reflexões. Por um lado, pode ser desafiador, por outro, um momento para desenvolver respeito por opiniões diferentes, que incomodam, geram conflito.

- Em que momento se incentiva a participação na efetivação da Gestão Democrática, bem como oportunidades aos estudantes de uma vivência escolar cidadã pautada no diálogo, na liberdade de expressão, na ética e no respeito?
- Há a preocupação para o incentivo e o direito de participação estudantil no cotidiano da escola? Cidadania? Direito de representação? Movimentos Estudantis?

Essas são algumas perguntas que podem direcionar o trabalho pedagógico ao longo do ano letivo nas unidades educacionais.

## DEMOCRACIA, LAICIDADE E EDUCAÇÃO PARA A PAZ

Texto elaborado pela Gerência de Currículo – Ensino Religioso – DEF

“Não há paz entre as nações sem paz entre as religiões”;

“Não há paz entre as religiões sem diálogo e cooperação entre as culturas”;

“Não há sobrevivência para o nosso planeta sem uma ética global” (Hans Küng *apud* Crespo, 2007).

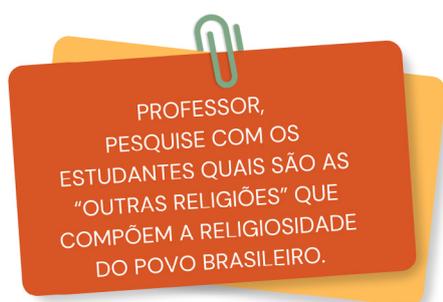
A escola se configura como um espaço privilegiado para o desenvolvimento e aprimoramento das relações interpessoais. Como já observado em diferentes momentos, a escola é, muitas vezes, o primeiro espaço de convivência fora do seio familiar. Muitos estudantes iniciam sua vida acadêmica nas turmas de berçário, prosseguindo pela Pré-Escola, Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio e seguem conforme suas vontades e necessidades. Mas não é das etapas da escolarização que trataremos hoje.

Como o título dessa proposta pressupõe, traremos possibilidades de abordagem acerca dos princípios de democracia e de laicidade para, junto com os estudantes, construir a Educação para a Paz dentro e fora das escolas, pois os estudantes replicam suas aprendizagens em sua vida social e comunitária. A democracia e a laicidade são princípios indissociáveis e intrinsecamente relacionados aos Direitos Humanos. Se partimos do princípio da diversidade e da construção de uma sociedade justa e equânime, não podemos deixar de fora das questões relacionadas à diversidade religiosa.

O Currículo do Ensino Fundamental, em todos os componentes curriculares, busca contribuir para o desenvolvimento de um ambiente enriquecedor quanto à promoção do respeito às diferentes culturas e religiosidades. Compreender a laicidade nos ajuda a promover uma escola mais acolhedora.

De acordo com Rivera,

A liberdade de consciência e de religião e o tratamento igual (...), garantem a não discriminação entre cidadãos de pertencimentos religiosos diferentes. Também há que se destacar, a liberdade de não pertencer a nenhuma. No Brasil, segundo dados dos últimos dois censos (2000 e 2010) e pelas poucas pesquisas, é evidente que os “sem religião” expressam esse direito (2015, p. 23).



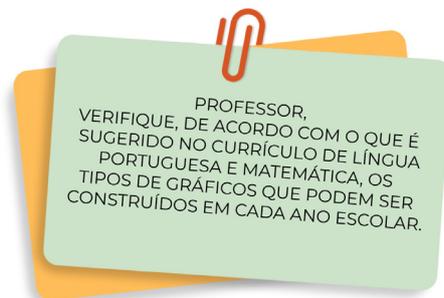
O autor apresenta, brevemente, que o aumento do número de pessoas que se declaram “sem religião” vem crescendo. Para observar a diversidade religiosa, junto aos estudantes, é possível fazermos a análise dos últimos censos e construir, coletivamente, um gráfico com os dados recolhidos:

### Religiões do Brasil – IBGE

Ano	População total em milhões	Católicos	Evangélicos históricos	Evangélicos pentecostais	Outras religiões	Sem religião
1980	119,00	105,86	4,00	3,9	3,3	1,95
1991	146,81	122,36	4,4	8,8	4,3	6,9
2000	169,87	125,52	8,5	17,9	5,4	12,5
2010	190,75	123,28	7,7	25,4	9,8	15,3

Fonte: Rivera (2015, p. 28).

Estes dados revelam um aumento no número de adeptos de “outras religiões” e também daqueles que se declaram “sem religião”. No entanto, não apresenta quais seriam estas outras religiões. É fundamental, ao trabalhar com os estudantes, estabelecer as relações entre estes dados e a construção histórica do Brasil.



A compreensão das diversidades e o desenvolvimento de ações de respeito acerca dos diferentes passam pela percepção de si mesmo e de seus pares, compreendendo que, não só as questões religiosas, mas tudo que envolve o ser humano é complexo e diverso.

Proponha aos estudantes o desenvolvimento de uma dinâmica, conforme sugestão a seguir:

#### CONHECENDO A DIVERSIDADE RELIGIOSA

Professor, a Gerência de Currículo do Ensino Fundamental elaborou, em 2023, uma série de vídeos que apresentam a diversidade religiosa presente em nossa sociedade. Você pode conferir a série de vídeos através do QR Code a seguir:



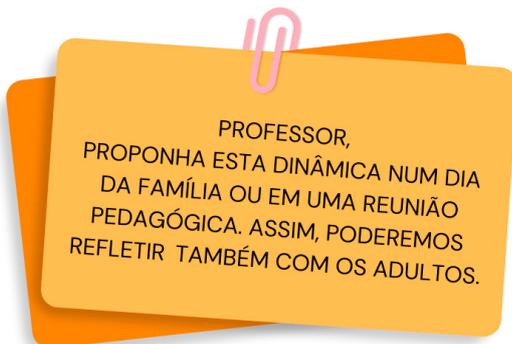
## Eu vivo no Brasil, é claro que eu...

A dinâmica funciona da seguinte forma: todos os participantes deverão ficar de pé no pátio ou sala de aula. A cada frase dita pelo mediador, aqueles que concordam e que se sentem representados deverão ir para o lado direito. Os que não concordam ou não se sentem representados irão para o lado esquerdo e aqueles para quem a frase foi indiferente deverão permanecer no centro.

Sugestões de frases:

- Eu vivo no Brasil, é claro que eu coloco o arroz por cima do feijão.
- Eu vivo no Brasil, é claro que eu gosto de samba.
- Eu vivo no Brasil, é claro que o verão é minha estação favorita.
- Eu vivo no Brasil, é claro que eu tenho uma casa na praia.
- Eu vivo no Brasil, é claro que eu sei jogar futebol.

As perguntas podem ser variadas e o número de questões ampliado conforme o grupo. Ao final, os participantes deverão refletir:



**Todos nós vivemos no mesmo país, na mesma cidade. Nossos gostos, preferências e habilidades são as mesmas? Nós somos todos iguais ou diferentes?**

Podemos, ainda, questionar se o fato de um colega colocar arroz por cima do feijão, se ele gostar de verão ou de samba faz com que aqueles que pensam diferente não possam se relacionar com ele. Nesse sentido, cabe também refletir acerca

da diversidade religiosa. Assim como colocar arroz por cima ou por baixo do feijão é uma questão de preferência, de escolha, a questão religiosa também é. Cada indivíduo, de acordo com suas vivências, experiências e culturas irá desenvolver uma forma de pensar e de acreditar, e isso deve ser respeitado por todos.

Mas, o que acontece quando algum indivíduo da sociedade ou do grupo não cumpre com o seu papel de respeitar as diferenças?

Para isso, em se tratando de uma democracia, os representantes eleitos elaboram leis que têm como função garantir os direitos de todos e a segurança dos cidadãos.

Os estudantes podem pesquisar as leis que garantem o direito à liberdade de crença, e a partir da pesquisa, completar o quadro a seguir, individual ou coletivamente.

Figura 3: Quadro de leis que garantem a liberdade de crença



Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

# CONSTRUINDO PONTES PARA A PAZ: UMA AULA DE CAMPO NA DIVERSIDADE CULTURAL

Texto elaborado pela equipe do Programa Linhas do Conhecimento - PLC

Na contemporaneidade, a promoção da Educação para paz desponta como uma necessidade essencial, visando fomentar valores, atitudes e práticas que concorram para a edificação de sociedades mais justas e equitativas. Nesse contexto, a sinergia entre a educação para paz e a realização de aulas de campo em ambientes não formais, como proposto pelo Programa Linhas do Conhecimento (PLC), revela-se como uma oportunidade enriquecedora, tanto para os professores quanto para as crianças e estudantes.

Os espaços não formais oferecem uma gama diversificada de ambientes, como museus, parques, centros culturais e outras instituições, que podem servir como cenários propícios para a promoção da Educação para a paz. Durante as aulas de campo, crianças e estudantes têm a chance de vivenciar experiências diretas e interativas, o que amplia suas perspectivas e promove uma compreensão mais profunda das questões abordadas, pois esses espaços possuem caráter educador e imprimem as marcas de um currículo emergente, vivo e intercultural (Curitiba, Prefeitura Municipal, 2023, p. 17). Ao explorá-los, os professores podem estruturar atividades que estimulem a reflexão sobre a importância da paz, a resolução não violenta de conflitos, a valorização da diversidade e o entendimento das causas subjacentes aos desafios sociais.

Articular a Educação para a paz com aulas de campo em espaços não formais, não apenas fortalece o engajamento de crianças e estudantes, mas também contribui para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a construção de um mundo mais justo e harmonioso, pois “[...] a educação não é apenas um processo de construção de conhecimento, mas também de formação de valores, atitudes e habilidades necessárias para uma

convivência harmoniosa e resiliente na cidade.” (Curitiba, 2023, p. 24).

Essa abordagem integrada não apenas enriquece o processo educacional, mas também nutre valores essenciais para a construção de uma sociedade pacífica e inclusiva.

Ao analisar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que preconiza a

[...] liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; a valorização da experiência extracurricular e a consideração com a diversidade étnico-racial, é imprescindível considerar também as propostas e ações no âmbito do Ensino Religioso (Brasil, 1996).

Assim, é imprescindível considerar também as propostas e ações no âmbito do Ensino Religioso.



**Acesse o QR Code para  
conhecer mais sobre a aula  
de campo**

Nessa perspectiva, a proposta da aula de campo em parceria com a FCC (Fundação Cultural de Curitiba) intitulada “Diversidade Religiosa” almeja explorar as diferentes matrizes religiosas, percorrendo espaços específicos no centro histórico de Curitiba, sendo: a Catedral Basílica Menor N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Luz dos Pinhais, Igreja da Ordem

Terceira de São Francisco das Chagas, Igreja Presbiteriana Independente, Igreja do Rosário dos Pretos de São Benedito, Ruínas de São Francisco, Mesquita Iman Alli Ibn Abi Talib, Templo Hare Krishna Curitiba, Gameleiras da Praça Tiradentes, Estátua Cacique Tindiquera.

Ao planejar a aula de campo “Diversidade religiosa” sugere-se ao professor nortear os encaminhamentos acerca da reflexão de três momentos:

### **I) Antes da aula de campo:**

- Refletir sobre os lugares sagrados do mundo e a importância do respeito à diversidade religiosa.
- Observar fotografias dos espaços sagrados de matriz ocidental (igrejas católicas e evangélicas) e afro-brasileira (terreiro de umbanda) do entorno da unidade educativa.
- Explorar textos que relacionem os espaços sagrados (das quatro matrizes religiosas) do mundo a outros espaços da mesma denominação religiosa no Brasil.
- Explorar vídeo (pintura, arquitetura, esculturas, símbolos, etc.) de diferentes tipos de expressões sagradas.

### **II) Durante a aula de campo:**

- Observar as características dos espaços e territórios religiosos fazendo registros (fotografias, anotações, entre outros).

### **III) Depois da aula de campo:**

- Pesquisar outras expressões sagradas não contempladas na aula.
- Facilitar uma discussão em sala de aula para que os estudantes compartilhem suas experiências, observações e reflexões sobre a aula de campo.
- Confecção de jogos sobre os espaços sagrados.

A experiência com a aula de campo “Diversidade religiosa” proporcionará às crianças, estudantes e professores a oportunidade única de vivenciar, de maneira direta, a diversidade

cultural e religiosa presente na sociedade, promovendo um ambiente propício para a compreensão e respeito mútuo entre diferentes crenças e práticas espirituais.

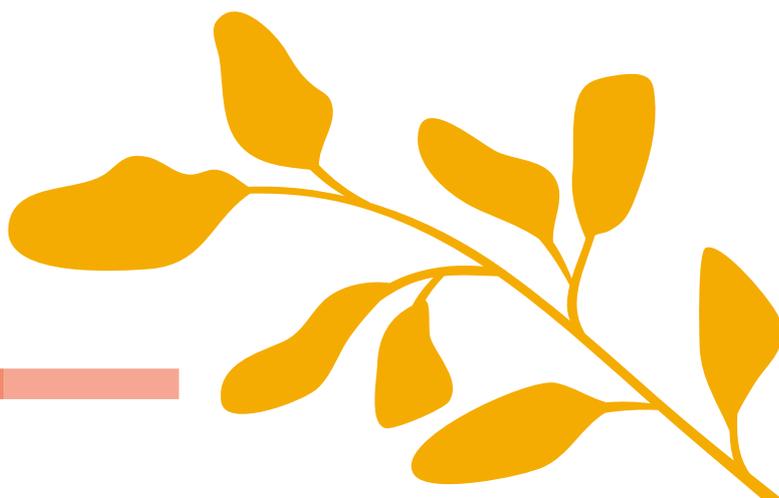


**Acesse o QR Code para  
conhecer mais sobre a  
aula de campo**

Outra proposta voltada para a construção de uma educação para a paz refere-se às ações do Projeto Embaixadores do Futuro, desenvolvido por meio do Programa Linhas do Conhecimento, da SME, em parceria com a Assessoria de Relações Internacionais (ARIN) e tem como premissa propor ações sobre o conceito de diplomacia, seus desdobramentos e sua articulação com a Carta das Cidades Educadoras para estudantes do 6.º ao 8.º ano do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Curitiba.

A Carta das Cidades Educadoras preconiza que todos os cidadãos tenham a oportunidade de se desenvolver no decorrer da vida, em todas as idades, e que “A educação em valores e direitos humanos é mais urgente do que nunca, para dar sentido, incentivar, traçar um rumo democrático” (AICE, 2020, p. 7).

O Projeto Embaixadores do Futuro propõe ações pedagógicas que contribuem, principalmente, com o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): ODS 4 – Educação de Qualidade; ODS 5 – Igualdade de gênero; ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes; ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação.



Texto elaborado pela Coordenadoria de Equidade, Famílias e Rede de Proteção - CEFAR

[...] A perspectiva intercultural está orientada à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade (Candau, 2008, p. 52).

Nosso cotidiano está permeado por marcas do movimento de pessoas pelo mundo, da comida que cozinhamos aos ritmos das músicas que escutamos e dançamos, sobrenomes que carregamos, roupas que vestimos, livros que lemos, esportes que praticamos e expressões que muitas vezes falamos.

Como seria um mundo sem essa troca frequente entre diferentes culturas? Certamente, mais limitado e menos diverso.



Reconhecer que existem muitas outras culturas além daquela que conhecemos é fundamental para compreender a sociedade em que vivemos e respeitar a todos que fazem parte dela.

Esse diálogo pode ser iniciado muito cedo em ações pedagógicas intencionais, transdisciplinares e significativas. No **Caderno LEIA+**

**Crianças no Mundo: um encontro**

**com as culturas infantis (Curitiba, Prefeitura de Curitiba, 2022a)** apresenta-se um destaque especial ao encontro com as diferentes culturas, que possibilita olhares sensíveis para a criança que vive o hoje e o agora, valorizando as diferentes culturas e desconstruindo a ideia de cultura universal que acaba excluindo, silenciando e causando domínio sobre grupos minoritários.

Para cumprir sua tarefa humanista, a escola precisa mostrar para os alunos que existem outras culturas além da sua (Gadotti, 1992, p. 23).

Uma das propostas apresentadas no caderno traz a valorização da diversidade cultural regional do nosso país, trazendo duas realidades distintas, porém, com algo em comum: o brincar das crianças:

### Entre semelhanças e diferenças: infâncias

Vamos conhecer hábitos e costumes de crianças que vivem em diversos lugares? No vídeo abaixo, crianças do Espírito Santo conversam de um jeito divertido sobre como é a vida em uma comunidade quilombola e em um morro na cidade de Vitória. Por meio de uma genuína brincadeira infantil, os dois grupos falam de suas raízes e revelam o quanto as infâncias têm mais semelhanças do que diferenças.



Assista ao vídeo: Disque quilombola, disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=GStv-f\\_bcfU](https://www.youtube.com/watch?v=GStv-f_bcfU). Ou pelo QR Code:



Os quilombolas representam um exemplo vivo da diversidade cultural e étnica do Brasil. Descendentes de africanos escravizados que resistiram à opressão colonial formam comunidades que preservam tradições, saberes e modos de vida únicos, enraizados em uma história de luta e resiliência. Suas práticas culturais são preciosas manifestações da identidade afrodescendente, contribuindo para a riqueza do patrimônio cultural brasileiro.

Ao reconhecer e valorizar as contribuições dos quilombolas para a diversidade cultural brasileira, a interculturalidade nos convida a ampliar nossos horizontes, romper com estereótipos e preconceitos e construir relações mais igualitárias e respeitadas promovendo de fato a Educação para a Paz.

Independente da etnia, da nacionalidade ou região que habita no país, todos somos sujeitos de direitos! Quando internalizamos esse preceito, transbordamos isso para uma prática mais equitativa, que valoriza a diversidade cultural e desperta nas nossas crianças o respeito às diferenças, à consciência social e ao entendimento de que não existe o “outro” e sim o NÓS.

De acordo com um levantamento realizado em 2014 pela equipe de Línguas Estrangeiras Modernas da RME, constatou-se a presença de mais de 194 estudantes de diversas nacionalidades matriculados nas escolas e CMEIs da cidade. Esse número, em 2023, ultrapassou 3.339 matrículas. Há estudantes oriundos de diversos países, com destaque a Venezuela, Haiti, Bolívia, África do Sul, Guiné-Bissau, China, Líbia, Síria, Angola, Marrocos, Peru, Colômbia e tantos outros, passando de 28, em 2014, para mais de 48 países. Nesse contexto, é fundamental lembrar que a migração vai além de um simples deslocamento físico, sendo também uma experiência social, cultural e emocional profundamente complexa (Appadurai, 1996). Todo cuidado é necessário para não tomar a migração como um processo

homogêneo. É preciso compreender a multiplicidade e heterogeneidade presentes nas dinâmicas dessas migrações e também compreender que cada uma dessas pessoas envolvidas no processo migratório traz consigo uma gama de direitos e demandas sociais a serem atendidas, pois independente da situação jurídica, as pessoas têm direito a acessar seus direitos básicos, dentre eles, o direito à educação. Por isso, ao compreender as histórias individuais das pessoas que estão em condições migratórias, podemos promover uma Educação para a paz pautada no acolhimento, na inclusão e no respeito mútuo, fortalecendo assim, os laços de solidariedade e cooperação entre as diferentes comunidades.

Dessa forma, todas as crianças têm o direito de ter sua cultura reconhecida e valorizada. No caso de crianças *migrantes*<sup>9</sup>, essa inclusão deve ser baseada em princípios de respeito às suas culturas de origem numa relação educativa dialógica (Curitiba, Prefeitura Municipal, 2022a, p. 10). Trouxemos, como exemplo de uma prática de acolhimento e de valorização da interculturalidade, a proposta desenvolvida pelo CMEI Moradias Belém:



<sup>9</sup> Faremos uso do termo “migrantes internacionais”, no sentido de abarcar todos os indivíduos que estejam envolvidos nesse fluxo migratório, compreendendo que essa terminologia é bastante ampla e trata de um conjunto não homogêneo de indivíduos com trajetórias migratórias muito distintas.

## Proposta: Palavras do mundo em seu olhar

### CMEI Moradias Belém

Na turma do nosso CMEI, temos uma infinidade de culturas, pois há imigrantes/refugiados recheando nossa realidade com suas experiências. Os textos já são uma grande aventura pelas palavras que desenham imagens mentais, e quando você tem outra língua como a principal, as palavras podem tomar formatos mais inusitados ainda. Na turma do Pré I, ao trabalharmos a receita que levava ovos, a professora Juliana falou sobre “ovos fritos”.

Sebastian, que veio da Venezuela com sua família, logo questionou: “Ojos fritos?”. Sem entender, Juliana respondeu: “Sim, ovos fritos”. Já assustado Sebastian tornou a indagar: “OJOS FRITOS?!”. Foi quando as professoras entenderam que ela expunha a palavra “ojos” (do espanhol) dizendo sobre “olhos fritos”. Então as professoras, com muita sensibilidade, explicaram para ele e também para outras crianças a diferença das palavras em cada língua, mostrando como cada uma é escrita no quadro. A partir desse interesse, buscamos um livro que tem sua versão em espanhol e em português. Ao ver esse relato, achamos o livro de Anna Llenas intitulado “Vazio”, que fala sobre uma criança que vivia feliz, mas acaba por, no momento em que perde algo, sentir-se incompleta com um vazio como a saudade que mostra ao lembrar onde viviam. Após a leitura do livro em português, passamos o vídeo em espanhol para que as crianças escutassem as palavras e, junto com os colegas, que têm como língua-mãe o espanhol, é possível explorar palavras e suas diferentes escritas em português.



Veja a proposta  
na íntegra:



Embora o idioma/dialeto possa parecer um grande desafio, é possível superar as dificuldades da comunicação verbal desde os primeiros contatos, procurando novas maneiras de se expressar, utilizando gestos, imagens/figuras e também aplicativos tradutores. Quando ambas as partes têm o desejo de dialogar, não há fronteira que limite essa comunicação. Nesse sentido, pode-se incluir os regionalismos, variação linguística ligada ao vocabulário referente à criação e ao uso de palavras ou expressões típicas de determinada região, quando se refere às migrações internas. Como, por exemplo, a palavra “macaxeira”, usada no Nordeste, que no Sudeste é “mandioca” e no Sul é “aipim”.

Algumas perguntas que nos fazem refletir sobre o processo de migrações (sejam internas ou internacionais), podem também

ser utilizadas como um disparador para a temática na sala de aula:

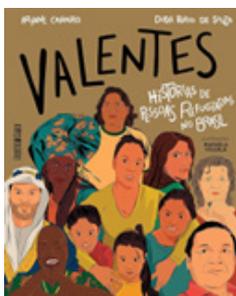
- Quem somos?
- Que etnias nos formaram?
- De onde viemos?
- De onde vieram nossos antepassados?
- O que eles trouxeram?
- Você conhece a história de migração de seus antepassados ou de outras pessoas? Escolha um parceiro e fale sobre a jornada de sua família. Seus pais ou avós eram migrantes? Algum membro da sua família migrou para outra cidade/estado/país?
- Valorizamos nossas heranças?
- O que fazemos delas?
- O que faremos?



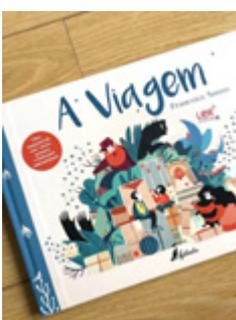
A partir disso podemos incluir ações cotidianas e alguns conteúdos que valorizem e dialoguem com a bagagem cultural presentes na experiência dessas pessoas que convivem nas unidades. Deixamos também, como sugestão para ampliação da temática, o QR Code ao lado, do caderno produzido pela SME em 2022, com orientações

pedagógicas para o acolhimento de estudantes migrantes.

Para ampliar o planejamento, veja algumas sugestões literárias:



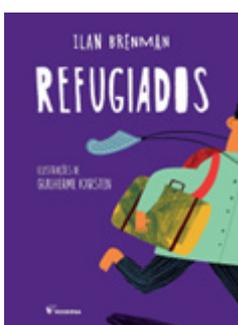
**Valentes: histórias de pessoas**  
Autoras: Aryane Cararo e Duda Porto



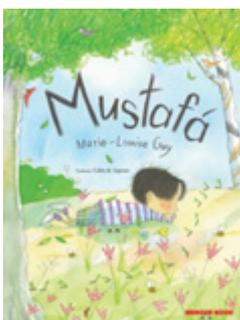
**A viagem**  
Autora: Francesca Sanna



**Para onde vamos?**  
Autor: Jairo Buitrago



**Refugiados**  
Autor: Ilan Brenman



**Mustafá**  
Autora: Marie-Louise Gay

# EDUCAÇÃO PARA PAZ: POR UMA CULTURA SEM ESTEREÓTIPOS

56

Texto elaborado pela Coordenadoria de Equidade,  
Famílias e Rede de Proteção - CEFAR

A Educação para a Paz visa promover a igualdade, o respeito mútuo e a justiça em todas as esferas da sociedade, desafiando também os estereótipos de gênero. Mas antes de adentrar a esta temática, que tal compreendermos o que é gênero e estereótipo de gênero?

Os autores Beatriz Accioly Lins, Bernardo Fonseca Machado e Michele Escoura (2016) conceituam gênero como um dispositivo cultural, constituído historicamente, que classifica e posiciona o mundo a partir da relação entre o que entende como feminino e masculino. Ele cria sentido para as diferenças percebidas nos corpos e articula pessoas, emoções e práticas dentro de uma estrutura de poder.

Dessa forma, a definição de gênero está ligada a uma construção social, moldada por normas que exercem uma força sobre toda a nossa vida cotidiana. A autora Jane Felipe (2004) destaca que o conceito de gênero vai além da ideia de uma essência (masculina ou feminina) natural, universal e imutável. Esse é um conceito que enfatiza a construção de cada pessoa como um processo ao longo da vida em diferentes espaços e tempos. Sendo assim, podemos a partir dele colocar em “discussão as relações de poder entre homens e mulheres posicionando-os como desiguais em suas possíveis e múltiplas diferenças”. (Felipe, 2004, p. 53).

Essa construção pode e deve ser repensada por indivíduos e instituições, de forma a construir normas baseadas em igualdade, respeito e inclusão. Segundo o caderno Protagonismo Feminino:

[...] estereótipo de gênero é prejudicial, uma vez que evidencia e valoriza um único padrão, não respeita a pluralidade e a diversidade e limita meninas e

meninos a desenvolverem suas aptidões pessoais, tomarem decisões sobre suas vidas, projetos e carreira profissional com base neste modelo. (Curitiba, Prefeitura Municipal, , 2022b, p. 22).

Ao impor um único padrão de comportamento e expectativas baseadas no gênero, esses estereótipos limitam a expressão individual, a liberdade de escolha e a realização pessoal. Além disso, ao desconsiderar a diversidade e a pluralidade de identidades de gênero, os estereótipos perpetuam normas sociais injustas e contribuem para a manutenção de desigualdades de gênero.

No âmbito educacional, é essencial reconhecer o papel da escola na promoção da igualdade, valorização da diversidade e na desconstrução de padrões preconceituosos. Ao adotar currículos inclusivos, materiais educativos diversificados e práticas pedagógicas sensíveis, é possível criar um ambiente que celebra a diversidade e respeita a singularidade de cada estudante.

#### VAMOS PENSAR JUNTOS E JUNTAS ?

E VOCÊ, JÁ IMAGINOU O PESO QUE A PRÓPRIA SOCIEDADE, QUE REPRODUZ AS DESIGUALDADES, COLOCA EM MENINAS E MENINOS, HOMENS E MULHERES?

É PRECISO QUESTIONAR QUAIS SÃO OS PONTOS QUE AFETAM AS CRIANÇAS E JOVENS EM RAZÃO DE GÊNERO. COMO É POSSÍVEL ENFRENTÁ-LOS?

QUAIS INTERSECCIONALIDADES SE APLICAM?

Uma das funções da escola é formar pessoas. Assim, acreditamos que falar sobre questões de gênero promove a compreensão e o respeito de identidades de gênero, além de combater estereótipos e preconceitos. Debater, refletir e informar é uma forma de diminuirmos as violências contra mulheres e crianças. É também uma maneira de desconstruirmos o machismo e

o patriarcado que ainda hoje estão tão presentes em nossa sociedade.

#### PATRIARCADO

SEGUNDO O GLOSSÁRIO DA DIVERSIDADE ELABORADO PELA SECRETARIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DIVERSIDADES - SAAD DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA:

**PATRIARCADO É A DESIGUALDADE DE PODER ENTRE HOMENS E MULHERES QUE SE TRADUZ NA SUPERIORIDADE DO HOMEM EM TODOS OS ASPECTOS DA SOCIEDADE.**

Fonte: Tourinho (2017).



Na escola investigar comportamentos e relações que possam reforçar desigualdades, assumir o compromisso com uma nova postura que desconstrua normas e papéis é fundamental. Uma educação pautada na informação, promove o potencial das crianças em sua diversidade, ampliando suas opções de vida e oportunidades, saúde, participação social e política, e oportunidades de estudo, trabalho e emprego no futuro.

Tratar das estruturas sociais que causam discriminação e desigualdade significa ir além da sala de aula, alcançar as comunidades onde as crianças vivem, ampliar as percepções e mostrar que estar em defesa de direitos é respeitar as diferentes formas de ser e existir no mundo.

Que tal pensarmos na realidade da nossa unidade educacional? Quais as consequências de continuarmos reproduzindo alguns arranjos de gênero?

O quadro a seguir exemplifica alguns comportamentos e falas que reforçam estereótipos de gênero e que devem ser evitados.

ESTEREÓTIPOS	MENINAS	MENINOS
EXPRESSÃO DE SENTIMENTOS	Quando dizemos que meninas não são corajosas. Quando dizemos que todas as meninas são sensíveis, emotivas, vulneráveis e submissas.	Quando dizemos que meninos não choram, não se sensibilizam, não se emocionam. Quando não acolhemos o choro e as emoções dos meninos, concluindo que são fortes, rígidos e vencedores.
ATIVIDADES DE CUIDADO	Quando dizemos que toda menina deseja ser mãe. Quando incentivamos brincadeiras de cuidado, apresentando somente atividades que remetem ao cuidado com a casa, com a família, atividades que remetem ao padrão que a sociedade estabelece como “universo feminino”. Quando não direcionamos e incentivamos para que meninas brinquem com atividades que remetem à lógica-matemática, montagem/desmontagem, construção, ciência. Quando meninas são incentivadas a brincar com atividades dentro de casa ou atividades mais “paradas”, como por exemplo bonecas e casinha.	Quando trazemos homens como exemplos na ciência, física e matemática. Quando os meninos são incentivados às brincadeiras com atividades externas, desafiantes, por exemplo bicicleta, bola, pipa e desestimulados a brincadeiras como casinha e bonecas.
VESTIMENTAS	Quando dizemos que somente meninas são vaidosas. Quando reforçamos normas de gênero perpetuadas pela sociedade, como o uso de saias, vestidos e da cor rosa para meninas.	Quando dizemos que meninos tendem a ser mais relaxados com seu visual. Quando reforçamos normas de gênero perpetuadas pela sociedade, como o uso da cor azul para meninos.
COMPORTAMENTO NA INFÂNCIA	Quando esperamos que meninas tenham a letra mais bonita, sejam mais organizadas, asseadas, etc. Quando dizemos que meninas têm mais afinidade com áreas humanas. Quando afirmamos que meninas são mais amorosas e afetuosas. Quando afirmamos que meninas amadurecem mais cedo.	Quando oportunizamos a quadra de futebol mais vezes para os meninos no recreio. Quando encorajamos com mais frequência os meninos às brincadeiras e atividades esportivas, de competição, força e agilidade.

\*Quadro adaptado do material Masculinidade Consciente, elaborado pela Assessoria de Direitos Humanos de Curitiba. Disponível em: <https://mid.curitiba.pr.gov.br/2022/00367347.pdf>. Acesso em: março, 2024.

## Vamos refletir?

- Será que as brincadeiras que meninos e meninas escolhem são realmente determinadas por suas preferências naturais, ou será que são moldadas pelas expectativas da sociedade?
- Como podemos garantir que nossos espaços de brincadeira sejam inclusivos e permitam que todas as crianças explorem uma variedade de atividades, independentemente de seu gênero?

A desconstrução dos estereótipos de gênero para Educação para Paz é realizada no dia a dia do fazer pedagógico, durante as relações humanas. Sugerimos alguns materiais que podem ser um facilitador para o trabalho diário.

### VAMOS CONHECER OS CADERNOS PRODUZIDOS PELA SME?



Leia também:



**Ninjas cuidam do jardim?**

Autora: Rafaela de Carvalho



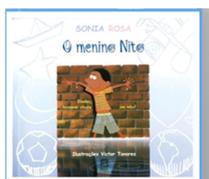
**Princesas escalam montanhas?**

Autora: Rafaela de Carvalho



**Princesas de capa Heróis de avental**

Autoras: Caroline Arcari e Nathália Borges.



**O menino Nito**

Autora: Sônia Rosa



**A Banda das Meninas**

Autora: Emilia Nuñez



**Ana levada da breca**

Autora: Maria de Lourdes Ramos Krieger



**Eugênia e os Robôs**

Autora: Janaina Tokitaka

# A EDUCAÇÃO PARA A PAZ: PENSANDO A (RE) EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICOS-RACIAIS

62

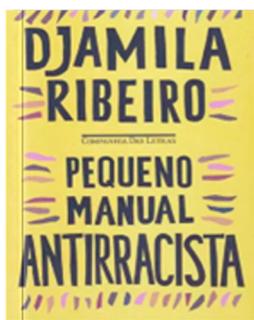
Texto elaborado pela Coordenadoria de Equidade, Famílias e Rede de Proteção - CEFAR

## **É possível estabelecer uma educação para a paz, sem tratar do racismo arraigado na estrutura da sociedade brasileira?**

Segundo Silvio Almeida (2019), o racismo é uma decorrência da estrutura social, que influencia na instituição das relações políticas, econômicas e até familiares. Conforme informações disponibilizadas pelo Ministério Público do Paraná, toda teoria, doutrina, ideologia e conjunto de ideias racistas são cientificamente falsas, moralmente censuráveis, socialmente injustas e contrárias aos princípios fundamentais do Direito Internacional e, portanto, perturbam gravemente a paz e a segurança internacional, sendo, dessa maneira, condenadas pelos Estados. Mediante tais pressupostos, não há como pensar em educação para a paz sem pensar em uma Educação Antirracista. Para fazer uma educação antirracista é necessário estudar sobre a Educação das relações étnico-raciais (ERER), entender como se deu a construção da sociedade brasileira, bem como, quando e porque surgiu a discriminação e o racismo.



## Qual o papel da Educação para corroborar com uma educação antirracista, contribuindo assim, para a construção de uma educação para a paz na sociedade de hoje?



### **Pequeno manual antirracista**

Autora: Djamila Ribeiro

Para iniciar esta conversa, faz-se necessário uma autorreflexão, onde o profissional se revise e reconheça suas ideias acerca do racismo, das pessoas negras e não negras, e das relações que as envolvem. Uma boa maneira de iniciar esta reflexão é realizar a leitura do livro Pequeno Manual Antirracista da professora, filósofa, feminista e antirracista Djamila Ribeiro, livro no qual a autora defende que o racismo é um desafio para toda a sociedade.

Há muitas outras leituras para subsidiar os profissionais da educação, sobretudo aos professores, pode-se dizer que são leituras essenciais para refletir sobre a prática pedagógica e promover uma educação em que todos sejam contemplados em sua diversidade, pois só assim é possível contribuir para a construção de uma educação para a paz nos espaços educacionais e para além destes. Dentre estes livros, indicamos:

Ao enfrentar o racismo e refletir sobre a importância da educação para romper esse grande problema da sociedade em várias esferas, podemos pensar como trabalhar estas questões com as crianças no cotidiano, objetivando construir uma cultura de paz.

## DICAS!



### Como ser um educador antirracista

Autora: Barbara Carine



### O perigo de uma história única

Autora: Chimamanda Ngozi Adiche



### O pacto da branquitude

Autora: Cida Bento



### Memórias da plantação

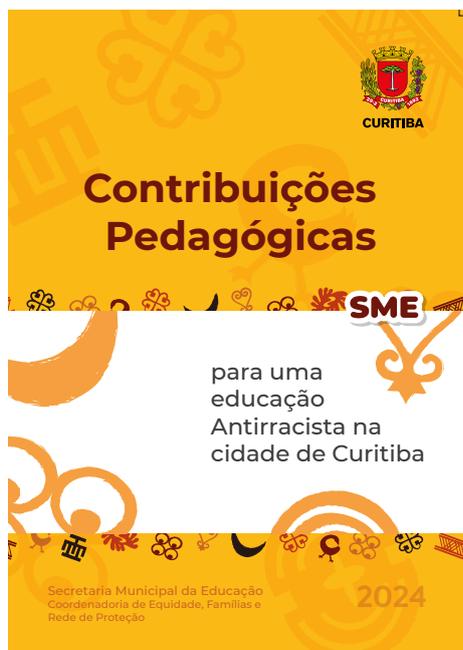
Autora: Grada Kilomba

## ATENÇÃO!

O TRABALHO DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS É PAUTADO NAS LEIS N.º 10.639/03 E N.º 1.645/08 QUE ALTERARAM A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO – LEI N.º 9.394/96. SUA PROMULGAÇÃO ALTERA O ARTIGO 26-A E A SUA REDAÇÃO PASSA A SER: "ART.26-A NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO FUNDAMENTAL E DE ENSINO MÉDIO, PÚBLICOS E PRIVADOS, TORNA-SE OBRIGATÓRIO O ESTUDO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA" (BRASIL 2008).

Para iniciar este trabalho, é importante que se faça um diagnóstico da comunidade educativa com a qual trabalha, pois diante dos dados específicos, é possível pensar em um plano de ação, envolvendo a educação para as relações étnico-raciais. No caderno Contribuições Pedagógicas para uma Educação Antirracista, desenvolvido pela SME, existe um modelo dessa ferramenta que se dá a partir de três dimensões: do estudante/criança, do professor e da unidade educacional.

Vamos conhecer esse material?



Pensando na importância de promover uma educação antirracista, a SME por meio da CEFAR lançou o caderno Contribuições Pedagógicas para uma Educação Antirracista com o objetivo de apoiar os profissionais da Educação na construção de uma educação que valorize e respeite a todos em suas diversidades, construindo uma educação justa e equânime. Você pode acessá-lo na íntegra em:



Nesse diagnóstico é possível pensar com a comunidade escolar uma série de questões que envolvem a educação para as relações étnico-raciais como as que aparecem nos exemplos que se seguem.

**ASSINALE AS OPÇÕES QUE CORRESPONDEM ÀS AÇÕES REALIZADAS NA SUA UNIDADE ESCOLAR**

A unidade realizou a revisão curricular em seu PPP para adequar-se à Lei n.º 10.639/2003, visando a implementação da história e cultura africana e afro-brasileira na instituição de ensino?

NENHUMA

EVENTUALMENTE

SEMPRE

O PPP descreve a inserção da história e cultura africana e afro-brasileira nas áreas de Literatura, Arte e História?

NENHUMA

EVENTUALMENTE

SEMPRE

O PPP orienta a inserção da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) em outras áreas e componentes curriculares?

**DIAGNOSTIQUE SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

Com que frequência você trabalha o tema das relações étnico-raciais nas suas aulas?

- nunca
- somente no mês da Consciência Negra
- mensalmente
- semanalmente
- diariamente

Você costuma participar de formações e discussões sobre ERER?

Com que frequência você participa da formação continuada sobre ERER?

- nunca participei
- 1 a 2 vezes por ano
- 2 a 3 vezes
- 4 ou mais vezes por ano

**IDENTIFIQUE SEU ESTUDANTE**

Você sente que sua identidade racial é valorizada na sala de aula?

Você sente que sua identidade racial é valorizada no recreio?

Você sabe diferenciar bullying de racismo?

Sua religião é respeitada?

Nas aulas o continente africano é abordado de forma positiva?

Você já participou de brincadeiras ou jogos da cultura africana ou afro-brasileira?

Você conhece músicas da cultura africana ou afro-brasileira?

Você conhece instrumentos musicais da cultura africana ou afro-brasileira?

Você conhece cantoras ou cantores negros?

A partir das respostas do questionário é possível discutir, refletir, compartilhar e escrever sobre sensações que você teve, ações que você não quer repetir e práticas que deseja fortalecer.

### Valorize a diversidade étnico-racial

Disponibilize para as crianças e adolescentes livros, brincadeiras e músicas que valorizem a diversidade étnica, cultural e de origem, atentando-se para a escolha de representações positivas de pessoas de várias origens étnicas e culturais.



“Cada um com seu jeito, cada jeito é de um”, de Lucimar Dias, é um livro que pode iniciar as discussões sobre famílias, sobre características físicas e psicológicas de cada pessoa, valorização do cabelo e de duas origens étnicas. É uma ótima história a se contar!



O artista visual curitibano Rimon Guimarães é conhecido pelas suas pinturas e grafites vibrantes espalhados pela cidade. Suas obras podem ser trabalhadas em diversos componentes curriculares e podem ser até visitadas!

Fonte: Flickr (2024).

Na perspectiva de ampliar o trabalho, explore o caderno “Contribuições Pedagógicas para uma Educação Antirracista” na íntegra, nele existem inúmeras possibilidades de ações pedagógicas. O importante é refletir sobre nossos comportamentos e nos reeducar para as relações étnico-raciais com o intuito de construir uma sociedade equânime e democrática, livre de preconceitos e discriminações, para assim, construirmos espaços de diálogo e paz.

# CONEXÕES ANCESTRAIS: APRENDENDO COM A NATUREZA E OS POVOS INDÍGENAS

68

Texto elaborado pela Coordenadoria de Equidade, Famílias e Rede de Proteção - CEFAR

A ideia da terra como nossa mãe é muito repetida entre nós, indígenas. A poética expressa nessa imagem da mãe-terra pode ser até ingênua para alguns, mas ser filho da terra é aprender que estamos em relação com todos os outros seres sagrados que constituem o mundo. Se esse giro de forças pudesse ser pensado não como ingenuidade nossa, mas como nosso modo de agir no coletivo, provavelmente não seríamos nós, os indígenas, os povos sem o lugar de viver e o lugar de morrer na grande história do mundo”. (Krenak, 2020, p. 20).

A construção de uma educação para a paz requer não apenas a ausência de conflitos armados, mas também a promoção de relações harmoniosas entre diferentes grupos étnicos e culturais. Nesse sentido, o respeito e a valorização aos indígenas desempenham um papel importante. A preservação de suas tradições não apenas enriquece o panorama cultural global, mas também serve como um farol de valores fundamentais, como a sustentabilidade, a cooperação e a relação com a natureza.

Para avançarmos em direção a uma sociedade mais justa e pacífica é essencial reconhecer e corrigir as injustiças históricas cometidas contra os povos indígenas. Isso implica em ações concretas para garantir seus direitos territoriais, educacionais, de saúde e autonomia cultural.

Uma boa maneira de propor mais inclusão e formas de valorizar as culturas e saberes dos povos originários é trazer a relação desses povos com a natureza. Faça a experiência de pedir às crianças para que desenhem o que é a natureza para elas. Certamente você verá desenhos de árvores, rios, animais e montanhas. Dificilmente alguma criança desenhará a si mesma ou a família. Isso porque, na nossa sociedade, estamos cada vez mais desconexos e não nos vemos como parte integrante da natureza. Ailton Krenak (2020), líder indígena brasileiro,

ambientalista e pensador contemporâneo, aponta que há uma relação entre eu me sentir parte deste mundo e desejar protegê-lo. Se não me sinto parte, eu não desejo proteger e passo a enxergar a natureza apenas como um “recurso inesgotável”.

Nesse contexto, podemos aprender com o bem viver indígena, o qual traz uma visão de mundo que nos convida a repensar nossas relações com a natureza e com os outros seres, valorizando a interdependência e a interconexão de todos os elementos do universo. Na educação indígena, a relação com a natureza é fundamental. Aprender a respeitar e a valorizar o meio ambiente é essencial para formar cidadãos conscientes e comprometidos com a preservação do planeta.

“A natureza é a fricção do nosso corpo com a vida. Ela não está fora de nós”. (Krenak, 2020, p. 20).

Trouxemos então, algumas sugestões e reflexões de como abordar em sala de aula (e também para além dela) a cultura indígena:

**Contato com a natureza:** Realize atividades ao ar livre, como trilhas ecológicas, observação de plantas e animais, coleta de elementos naturais para apreciação ou investigação.

Eu convido vocês a experimentarem alguma mudança nesse contato e pegarem algum elemento da natureza, como folhas, pedras, terra, um pouco de água, ou outros. A ideia é que vocês tenham alguma experiência daquilo que chamo de fricção com a vida, para não vivermos em câmera lenta. Para vivermos em conexão. Isso permite fazermos uma experiência sensorial, que é exatamente a de transpor essa distância (Krenak, 2020, p. 4).



**Valorização da diversidade cultural:** Convide representantes de comunidades indígenas locais para compartilhar suas experiências, conhecimentos e tradições com as crianças, proporcionando um espaço para o diálogo intercultural e a troca de saberes.

Você sabia?! Em Curitiba, nós temos uma aldeia urbana chamada Kakané Porã, localizada no Campo do Santana. Lá vivem comunidades de três diferentes etnias: Guarani, Xetá e Kaingang. Disponível em: <https://abrir.link/ESVAF>.

**Artes Indígenas:** Proponha oficinas de artesanato e grafismos, música e dança inspiradas nas tradições indígenas, incentivando os estudantes a expressarem sua criatividade e a aprenderem sobre as diversas manifestações culturais desses povos. Cuide sempre para não trazer ideias genéricas sobre todos os povos indígenas, cada etnia possui um modo específico de se expressar. Escolha uma etnia e pesquise a fundo sobre ela antes de levar para as crianças e adolescentes.

Alguns sites que podem ser usados em sua pesquisa estão disponíveis nos links:

- [https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina\\_principal](https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal)
- <https://www.mirim.org/>

Sugestão de um artista indígena como ampliação cultural:



## Denilson Baniwa

É um artista indígena, nascido na aldeia Darí, no Rio Negro, Amazonas. Suas obras podem ser usadas para promover o debate com as crianças e adolescentes sobre o equívoco comum de colocarem os indígenas apenas no passado, sendo que integram o Brasil contemporâneo.

Outra possibilidade é proporcionar uma aula de campo no Museu de Arte Indígena, por meio do Programa Linhas do Conhecimento:



**Museu de Arte Indígena**  
Endereço: Avenida Água Verde, 1413 - Água Verde.

**O que você irá encontrar:** Idealizado por Juliana P. Martins, o Museu da Arte Indígena, também conhecido como MAI, resgata a história da arte e cultura indígenas, recuperando referências culturais de nossa identidade. As mais de mil peças, exibidas nos 700m<sup>2</sup> do museu, foram adquiridas em expedições a aldeias de todo país. Visitando o MAI, por meio do Programa Linhas do Conhecimento, as crianças e os estudantes poderão observar no acervo peças de cerâmica, cestas, máscaras ritualísticas, objetos e adornos, com destaque para a arte plumária indígena e suas funções socioculturais.

**TEMPO**  
Não há cancelamento por chuva.

**Aula de campo exclusivamente realizada nos quartéis Azuis.**

**Indicado**  
Pré ao 9º ano

**Importante**  
Máximo de 35 estudantes  
Uniforme  
Crédito de identificação  
Lanche não permitido  
Garrafa de água

**Observação:** Devido à fragilidade de algumas peças, o museu pede para que se evite entrar com objetos.

Qualquer dúvida, ligue para o/a professor(a) representante do Linhas do seu Núcleo.

**Aprendizados por meio da experiência:** Desenvolva projetos práticos voltados para a preservação ambiental e o respeito à cultura indígena, como a criação de hortas comunitárias, a organização de campanhas de conscientização e a produção de materiais educativos.

A educação indígena prioriza o aprendizado prático e experiências proporcionando vivências que estimulam a curiosidade e a participação ativa de quem aprende, tornando o conhecimento mais significativo.

**Valorização da oralidade e tradição:** Utilize contos e mitos indígenas para transmitir ensinamentos sobre a relação dos seres humanos com a natureza, incentivando a reflexão e o debate sobre questões ambientais e sociais. Seria relevante abordar o sobrenatural nas tradições indígenas, a conexão espiritual com a natureza, cerimônias e festividades relacionadas à preservação da tradição. Além disso, também podemos ressaltar a relação dos indígenas com a medicina:



### MANUAL DE REMÉDIOS

“Quando alguém na aldeia adoecer a aplicação dos remédios extraídos da floresta é feita em conjunto com a ação do xamã. O conhecimento sobre estes remédios era mantido e repassado tradicionalmente pelas mulheres idosas, que os aplicavam em complemento e em acordo com o trabalho de cura dos xamãs”.



Disponível em: <https://artsandculture.google.com/story/JAXRKSOfv6hOJA?hl=pt-BR>.

Acesso em: mar. 2024.

Também é possível apresentar vídeos produzidos pelos próprios indígenas, mostrando suas realidades e perspectivas. Nesse sentido, é válido mencionar a produção audiovisual da ONG “Vídeo nas Aldeias”, seus vídeos podem ser baixados para uso em sala de aula acessando o QRCode a seguir.



A transmissão de conhecimentos por meio da oralidade é uma prática ancestral. Estimula a valorização das histórias, mitos e tradições, estimulando um conhecimento intergeracional e enriquecedor. Aproveitando o ponto anterior, seria bom convidar avós para virem conversar com as crianças. Pode-se propor a criação de um Conselho de Anciãos para a valorização das vozes dos avós, dos velhos, dos sábios (eis um outro tema paralelo que se pode desenvolver sobre o papel dos avós na sociedade brasileira).

**Construção coletiva do conhecimento:** a coletividade é essencial no contexto da aprendizagem. Incentive o trabalho em grupo, a troca de experiências e a construção coletiva do

conhecimento, promovendo um ambiente colaborativo e solidário.

Ressaltamos que propor uma ação intercultural vai além do trabalho realizado próximo ao “Dia do Índio”, de forma superficial e descontextualizada. É preciso superar a invisibilidade indígena que se mantém nas unidades educacionais. Incorporar a temática indígena aos conteúdos ensinados ao longo do ano, além de ser uma obrigatoriedade (Lei n.º 11645/2008), possibilita estabelecer um diálogo intercultural, reconhecendo que esses povos originários são sujeitos de direitos, contribuindo com a busca por uma educação que desconstrói os conteúdos eurocêntricos, que desde muito tempo têm sido responsável por preconceitos, hierarquização de culturas e exclusão social (Curitiba, Prefeitura Municipal, 2023).

No caderno “Orientações Pedagógicas Povos Indígenas do Brasil”, é possível encontrar várias sugestões e propostas para trabalhar a valorização da cultura dos povos indígenas com as crianças e adolescentes.

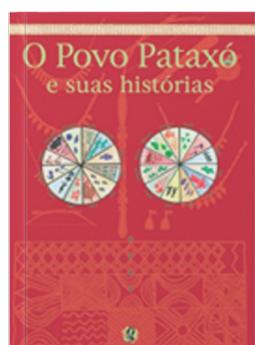


Por fim, deixamos algumas provocações.

### PARA SAIRMOS DA “OCA” ...

O QUE REALMENTE SABEMOS SOBRE OS POVOS INDÍGENAS BRASILEIROS?  
 O QUE PRECISAMOS SABER PARA QUE NÃO REPITAMOS OS ESTEREÓTIPOS, OS ESTIGMAS, OS PRECONCEITOS?  
 COMO EDUCAR O OLHAR DE NOSSAS CRIANÇAS PARA QUE POSSAM CRESCER COMPREENDENDO AS DIFERENÇAS QUE EXISTEM ENTRE OS DIVERSOS SISTEMAS CULTURAIS?  
 O QUE PODEMOS ENSINAR SOBRE ESTES POVOS?  
 O QUE PODEMOS APRENDER COM ELES?  
 COMO ENXERGÁ-LOS COMO PARTE DE NOSSA BRASILEIDADE? ENFIM, COMO SER VERDADEIRAMENTE BRASILEIROS E IGNORAR SUAS TRAJETÓRIAS, SUAS LUTAS, SUAS RESISTÊNCIAS?  
 PODEMOS ESTABELECEER DE FATO UMA CULTURA DE PAZ SEM VALORIZAR NOSSOS POVOS ORIGINÁRIOS?

Que tal ampliar os conhecimentos a partir de histórias escritas propriamente por pessoas indígenas? É importante lembrar que é legítimo quando escolhemos livros que têm representatividade em autoria também, como é o caso das obras a seguir.



#### **O povo Pataxó e suas histórias**

Autores: Arariby, Anghichay, Jassanã, Kanátyo e Manguahã.



#### **Noite e dia na aldeia**

Autor: Tiago Hakiy

Texto elaborado pela Gerência de Educação, Cultura e Desenvolvimento Pessoal

No Brasil, o Plano Nacional de Cultura (Brasil, 2010) estabelece princípios, objetivos, diretrizes, estratégias, ações e metas para guiar a formulação de políticas culturais. Seu propósito é valorizar, reconhecer, promover e preservar a diversidade cultural existente no país. Essa perspectiva de reconhecimento da multiplicidade cultural também se aplica aos espaços escolares, segundo Candau (2008), sendo fundamental para a educação voltada à paz.

A arte é conhecimento e também um caminho para o conhecimento do outro. Ela carrega consigo a possibilidade de romper com a colonialidade estética, centrada na arte e cultura europeia, reconhecendo a produção artística dos povos originários, africanos, orientais e latino-americanos, assim como as diferentes culturas que se encontram no espaço escolar. Devido às migrações, nas unidades educacionais de Curitiba, há estudantes não só de diversas nacionalidades como também de diversos estados brasileiros convivendo.

Assim, torna-se fundamental estreitar as práticas que auxiliam na superação dos preconceitos e no reconhecimento da diversidade cultural, bem como da cultura nacional e local (Nogueira, 2010). Por isso, é preciso considerar a formação cultural como conhecimento, ou seja, como área de saber. O contato com ações culturais diversificadas possibilita a relação do participante com as manifestações artístico-culturais e seu senso de pertencimento, além de contribuir para o desenvolvimento estético e ético.

É preciso zelar pela diversidade cultural nos espaços escolares, assim como pelo reconhecimento dessa multiplicidade. A arte nos permite estabelecer relações e interações, além de nos possibilitar pensar nas conexões que criamos. Ela é um instrumento fundamental na construção do conhecimento e das narrativas. A promoção de diferentes modos de expressão por meio das linguagens artísticas é essencial, assim como a formação cultural por meio da fruição artística.

A Gerência de Educação, Cultura e Desenvolvimento Pessoal incentiva ações de formação cultural para crianças, estudantes e profissionais da educação. Por isso, sugere proposições voltadas para a cultura da paz que possam ser realizadas no espaço escolar, como a criação de um cineclube que apresente filmes para discutir a diversidade cultural e que proporcione reflexões sobre as relações estabelecidas entre diferentes culturas e perspectivas.

Outra possibilidade é trabalhar com músicas que abordem a questão do outro e promovam a paz. A produção fonográfica local e nacional oferece uma rica oportunidade para analisar o papel desses temas nos contextos sociais e escolares.

Quanto à perspectiva museológica, um referencial interessante é o Museu das Coisas Banais<sup>10</sup>, que arquiva e protege memórias dos sujeitos comuns a partir de objetos e suas narrativas. Seu principal objetivo é expor como esses objetos são portadores de memória e passíveis de tornarem-se itens museológicos.

---

<sup>10</sup> Acesse o link: <https://museudascoisasbanais.com.br/>

No museu, as crianças e os estudantes podem explorar essa multiplicidade e até mesmo contribuir publicando objetos que considerem importantes, mas que ainda não fazem parte do acervo. Essa percepção do outro e a compreensão da importância que distintos objetos têm nas diferentes culturas permitem o desenvolvimento de um olhar sensível.

Figura 4: Logo do Museu das Coisas Banais



Fonte: Museu das coisas Banais (2024).

Outro referencial interessante é o Museu da Pessoa<sup>11</sup>, que apresenta relatos de vida, fomentando a capacidade humana de contar histórias. No site do museu, as crianças e os estudantes também podem inserir seus registros, contando sobre suas realidades. Além disso, é possível conhecer como foram as distintas experiências em momentos marcantes, como a pandemia, na vida de pessoas de várias regiões.

Figura 5: Logo do Museu da Pessoa



**Toda história importa.  
Toda história vale a pena.**

Fonte: Museu da Pessoa (2024).

<sup>11</sup> Acesse o link: <https://museudapessoa.org/>

O Projeto Tecendo Saberes, idealizado pela artista multimídia, escritora e educadora Marie Ange Bordas, que desenvolve uma metodologia de arte colaborativa e alfabetização visual com crianças e jovens, resultou em livros foto-ilustrados produzidos com crianças das comunidades do Baixo Amazonas, no Pará, e do povo indígena Kaxinawá, no Acre. Segundo informações do projeto,

Por meio de um processo participativo, o conhecimento foi sendo tecido através de atividades lúdicas, muita conversa e troca, estimulando as crianças e jovens dessas comunidades a protagonizar o processo de levantamento, produção e representação dos aspectos de seu cotidiano. Saberes que levam em consideração as tradições dos mais velhos, mas agregam a elas os saberes, fazeres e vivências dessa nova geração (Tecendo..., 2024, não p.).

Figura 6: Capa do Manual das crianças do Baixo Amazonas



Fonte: Tecendo Saberes (2024).

Figura 7: Capa do Manual das crianças Huni Kuĩ



Fonte: Tecendo Saberes (2024).

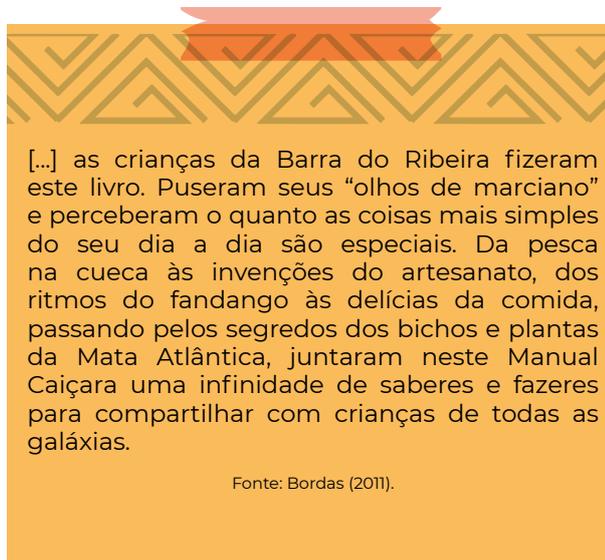
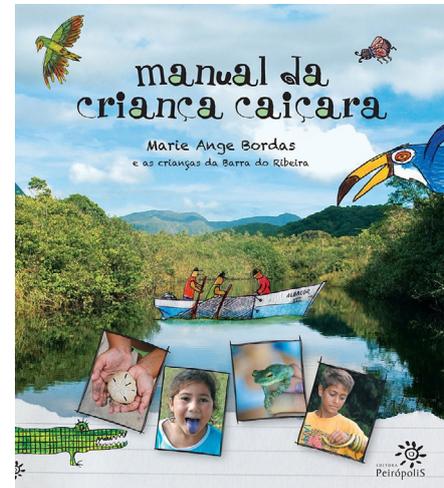


Figura 8: Capa do Manual da criança caiçara



Fonte: Tecendo Saberes (2024).

Nesse sentido, afirmamos que pensar a educação para a paz a partir da arte requer o reconhecimento da diversidade cultural que constitui o Brasil. Além disso, é fundamental reconhecer a dimensão estética da educação, pois “educar significa colocar o indivíduo em contato com os sentidos que circulam na sua cultura, para que, assimilando-os, ele possa nela viver” (Duarte Junior, 1981, *apud* Sant’Anna et al, 2019).

Pesquisas revelam que proporcionar experiências estéticas possibilita uma formação mais ampla dos sujeitos, pois a experiência abrange tudo aquilo que nos afeta, nos toca e nos é transmitido. A arte desempenha esse papel quando permitimos que ela seja comunicada, afetada e tocada pelo outro (Larrosa, 2002).

# ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA PARA A SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E A EDUCAÇÃO DA PAZ

Texto elaborado pelo Núcleo de Gestão para Educação Ambiental - NGEA

A Educação Ambiental, conforme previsto no Plano Municipal de Educação (Lei Municipal n.º 14.681/2015, meta 26), é compreendida “[...] como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada e prática, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal”. (Curitiba, Prefeitura Municipal, 2015, p. 23).

Na RME, o alcance da meta supracitada requer ações político-pedagógicas articuladas aos currículos, bem como ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) das unidades educacionais. As Diretrizes Curriculares Municipais de Educação Ambiental da SME, elaboradas por um coletivo de profissionais de diferentes segmentos e publicadas em 2020, orientam esse caminho, com base na seguinte perspectiva:

*A Educação Ambiental como dimensão educativa, com enfoque transversal e interdisciplinar, colabora para a formação de indivíduos críticos, éticos e responsáveis, nas suas relações com a sociedade e natureza, com a coletividade e com sua própria individualidade. (Curitiba, Prefeitura Municipal, 2020c, p. 47).*

Pensar a formação humana pelo prisma da criticidade, ética, responsabilidade, tolerância, respeito, solidariedade, justiça social, cuidado para consigo, com outros seres humanos e com os ambientes de vida representa o desenvolvimento de uma cidadania socioambiental, essência da finalidade da dimensão axiológica da Educação Ambiental.

A Educação para Paz perpassa pela construção de valores como os que foram mencionados, tendo a reflexão e o diálogo por premissas e práticas cotidianas.

A Educação Ambiental aliada à educação para a paz configura-se em uma possibilidade de reflexão acerca das configurações sociais que acentuam os problemas socioambientais agravados pelos modos de vida. Nesse contexto, faz-se urgente pensar em ambientes educadores que propiciem o diálogo, o autoconhecimento e o cultivo de valores voltados à sustentabilidade socioambiental, de modo a promover a desconstrução de modelos imperativos que predomina a racionalidade desenvolvimentista e o crescimento econômico.

Os desafios para consolidar a Educação Ambiental crítica e transformadora (Curitiba, Prefeitura Municipal, 2020c) em um contexto que promova a paz são complexos, e uma das possibilidades para superar esse desafio passa pela compreensão de que os espaços são educativos e podem, por meio de suas estruturas e intencionalidades, proporcionar uma nova compreensão do atual contexto socioambiental em que emergem problemas como as mudanças climáticas, por exemplo.

Ao considerar os espaços como educativos, ampliam-se as perspectivas de interação com o outro e com os elementos naturais, além da tomada de consciência sobre os problemas socioambientais, de modo a desconstruir a soberania do ser humano sobre a natureza. Outros modos de pensar, sentir e agir possibilitam novas interações, configurando-se em relações sociais mais saudáveis e pacíficas. A compreensão da interdependência de todos os seres vivos e não vivos, em uma intrínseca teia que sustenta a vida no planeta, é condição essencial para o respeito e o cultivo de valores que alicerces uma nova ética de vida, dado que

As características gerais dessa nova ética são, portanto, a garantia da justiça social, a atenção ao uso adequado e equanimemente compartilhado dos bens naturais, o compromisso de cada um com a preservação de condições de vida atuais e futuras [...] (Marín; Guérios; Stoltz, 2010, p. 87).

Tomar consciência de si e do outro e de que das ações humanas depende a manutenção de vida no planeta, conduz o ser a uma nova racionalidade que considera o coletivo e valoriza o outro, estabelecendo relações mais dialógicas, pacíficas e respeitadas. A paz, tão almejada, pode emergir da coletividade, do sentimento de pertença, da solidariedade, da caridade, da justiça, da compaixão e do alcance de uma transcendência que permita acolher a diversidade humana, estabelecendo relações de respeito mútuo, superando o individualismo, a competitividade, o autoritarismo, além da dominação e a exploração de seres humanos e de bens naturais.

A alteridade das relações sociais provoca mudanças basilares no comportamento humano e na sua interação com o ambiente. Diante da diversidade, não se pode esperar que atitudes e ações sejam uniformes e coerentes, mas ambientes mais colaborativos e acolhedores podem promover reflexões e novos modos de convivência que tornem as relações mais justas, dialógicas e pacíficas. Vale destacar que pacífica, aqui, está no sentido de respeito à diversidade, seja de ideias, de comportamentos ou de cultura, não se trata de uma passividade acrítica e heterônoma.

Um ambiente acolhedor pode ser reconhecido pelas possibilidades de interação entre os seres humanos e destes com elementos naturais como sons, cheiros, luz natural, vento, terra, entre outros que podem ser introduzidos em ambientes diversos, propiciando um resgate à essência própria de ser “humano” em que predomine uma práxis voltada para o respeito mútuo.

Ao promover uma Educação Ambiental que considere a paz como mote, espera-se que haja uma sensibilização para o reconhecimento de que o ser humano é um ser social que interdepende de todas as manifestações de vida, que não está alheio à natureza. A reconexão deste ser com a natureza, seja em ambientes naturais ou naturalizados, tende a promover a

superação do individualismo, do antropocentrismo, e da visão fragmentada “ser humano e natureza”, no entendimento “[...] de que o ser humano não é apenas parte da natureza, [mas] promovendo a consciência de que é, também, natureza” (Curitiba, Prefeitura Municipal, 2020d, p. 47).

Com base na fundamentação acima e no Projeto Vamos Verdejar, lançado em 2021 pela SME, sugerem-se as seguintes propostas pedagógicas:

1. Criar e/ou aprimorar espaços de convivência na unidade que favoreçam o diálogo, a troca de experiências, a leitura e a escuta, como uma praça, gazebo, redário, decks de madeira, casas na árvore, dentre outros, contendo, por exemplo, bancos, almofadas, toalhas, tapetes, pufes, colchonetes, mini fontes de água e comedouros para pássaros.
2. Basear-se em publicações que abordem as temáticas da sustentabilidade e da paz para instigar a reflexão e o debate de modo a suscitar o desenvolvimento de ações e tomadas de decisões pautadas em valores humanos e o exercício da cidadania.
3. Pesquisar sobre instituições e pessoas que contribuem para a paz mundial, estabelecendo relações com a realidade local, propondo a construção de um projeto voltado à educação para a paz em um espaço educador.
4. Incentivar brincadeiras e jogos cooperativos, meditação, yoga, exercícios respiratórios, a lição do silêncio (método montessoriano), dentre outros.

Seguem algumas sugestões de leitura:



**Brinquedos do chão**  
Autor: Gandhi Piorski



**A sabedoria secreta da natureza**  
Autor: Peter Wohlleben



**A última criança na natureza**  
Autor: Richard Louv



**Meu planeta rima com água**  
Autor: César Obeid



**Tatúlio Conta Comigo**  
Autores: Renato Oliveira



**Aquecimento global não dá rima com legal**  
Autor: César Obeid

# A EDUCAÇÃO PARA PAZ NO COTIDIANO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Texto elaborado pelo Departamento de Educação Infantil - DEI

A construção de saberes para uma educação para a paz percorre um longo processo de divergência com outros pontos de vista e da capacidade de compreender as diferentes necessidades de cada um. Na Educação Infantil, a premissa é o desenvolvimento da criança em sua integralidade, respeitando os diversos modos de viver suas infâncias e compreendendo a criança como um sujeito histórico e de direitos, de acordo com a sociologia da infância e a legislação vigente<sup>12</sup>.

A criança que vivencia seus direitos na infância compreende a importância do seu modo único de ser e estar no mundo, também adquire competências significativas para construir e desconstruir conceitos e percepções sobre ela e o mundo, dando voz e transformando a realidade que a cerca.

No cotidiano da Educação Infantil, convidar bebês e crianças para conhecer a si mesmo, ao outro e descobrir o mundo que os cerca permite que eles aprendam as diferentes formas de existir e participar de uma sociedade. Nesse sentido, o profissional da Educação Infantil deve primar para que a indissociabilidade do cuidar e educar estejam presentes nas suas ações. Isto porque, a forma como ele organiza o cotidiano e vive esse tempo junto às crianças, diz muito sobre o que ele compreende e sobre como valoriza e respeita cada uma delas na sua individualidade.

Ao legitimar a indissociabilidade do cuidar e educar, busca-se a garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, onde todos, e cada um, devem ter a oportunidade para conhecer-se, conviver, expressar, participar, brincar e explorar.

---

<sup>12</sup> Constituição Federal (1988); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.); Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Parecer CNE/CEB n.º 20/2009; Resolução CNE/CEB n.o 5/2009; 2010); Resolução CNE/CP n.º 2/2017 (que institui e orienta a implantação da BNCC); Base Nacional Comum Curricular (2018); Currículo da Educação Infantil: Diálogos com a BNCC - SME de Curitiba (2020a).

Por meio de ações sustentadas na pedagogia em participação, fortalece-se as relações entre os bebês e crianças, profissionais e famílias, acolhendo as diversas formas de ser sujeito e de viver na sociedade.

Nessa perspectiva, as interações e a brincadeira são os eixos de trabalho na Educação Infantil, por abarcar neles a linguagem própria da criança e sua forma de se relacionar com o espaço, com os materiais, com as pessoas, com a natureza e com as primeiras experiências no mundo.

Em consonância com o Currículo da Educação Infantil: Diálogos com a BNCC (Curitiba, Prefeitura Municipal, 2020a), ao organizar as ações que marcam a vida diária, as propostas recorrentes e os projetos na Educação Infantil, o profissional precisa considerar as especificidades dessa etapa da educação básica. Isto porque, muitas das situações que são vividas na unidade são as primeiras vivências das crianças com determinada prática, objeto ou ação. Podemos destacar que podem ser muitas as primeiras vezes acontecendo na unidade. Dentre elas, a primeira vez que consegue ficar em pé, a primeira vez que faz um desenho, a primeira vez que fala uma palavra, que risca o chão, entre tantas outras. A forma como o profissional reage a todas elas, contribui para que a criança signifique as suas conquistas, seu choro, compreenda as suas emoções e aprenda a manifestá-las de forma pacífica.

O profissional de Educação Infantil é referência, tem o papel de acolher as crianças a todo momento respeitando seus ritmos, suas necessidades e seu bem estar individual. Deve sempre usar o diálogo, combinar, orientar e escutar as crianças, dando importância ao que elas nos contam, responder as perguntas delas falando num tom de voz adequado, valorizando o que nos dizem, pois essas ações mostram que as respeitamos e as consideramos competentes e capazes. É no cotidiano que os bebês e as crianças aprendem a ser solidários uns aos outros e a

utilizarem as diferentes linguagens para manifestarem desejos e emoções.

Para exemplificar, podemos destacar ações como as chegadas e saídas da unidade. Esses são momentos nos quais o respeito às diferentes famílias e ao diálogo atento com elas promovem o desenvolvimento de uma convivência na qual todos se sentem acolhidos. Entre as crianças podem haver momentos de disputas de brinquedos ou de atenção, e a forma como o profissional conversa com elas, seu tom de voz, seu olhar, as palavras que utiliza, contribuem para o estabelecimento de relações mais harmônicas e respeitosas entre elas.

Outro elemento importante a se considerar na Educação Infantil são os ambientes da unidade. Isso porque eles revelam, por meio da organização e da estética, o conceito que temos de educação, da identidade dos sujeitos que ali convivem, do cuidado e do respeito que temos com o outro; é fundamental o olhar sensível para valorizar a diversidade nos ambientes e para que todos se sintam pertencentes.

Nesse sentido, acolher a diversidade perpassa pela escolha dos materiais, tais como objetos, cartazes, brinquedos e livros que são disponibilizados, nos quais as crianças possam se ver representadas, bem como as suas culturas.

Figura 9: Objetivos representativos para as crianças



Fonte: SME (2024).

Pelas diferentes possibilidades de organização ao planejar os agrupamentos para as propostas ou microtransições<sup>13</sup>, seja por afinidade ou propósito pedagógico, e os mesmos não se restringem em separar meninos e meninas, prática muito utilizada e que reforça relações desiguais entre os gêneros.

Figura 10: Canto de Atividades Diversificada para imaginar



Fonte: SME (2024).

A forma de planejar/compor os Cantos de Atividades Diversificadas é uma boa oportunidade de pesquisar e conhecer sobre as diferentes culturas valorizando as especificidades de cada uma. Por exemplo, o “salão de beleza” é composto com imagens dos diferentes tipos/estilos de penteados e cabelos, bem como pentes de todos os tipos. Nas brincadeiras com bonecas, é importante contemplar a representatividade de diferentes raças/etnias, compondo esse contexto de brincar com roupas, acessórios para carregar/transportar os bebês (carrinho, sling, cadeira de rodas), utensílios para alimentação (toalhas, cestos, hashi, cumbucas, jogos americanos, panela de bambu, etc.), além dos berços, redes e esteiras.

Nas diferentes propostas recorrentes, a escolha de músicas, instrumentos e objetos sonoros, figurinos, cenários, fantoches, artistas e suas temáticas, exigem dos profissionais

<sup>13</sup> Microtransições são “as transições da vida cotidiana” (Fochi, 2019), como por exemplo, as mudanças de uma proposta para outra, as quais precisam ser problematizadas sobre como acontecem e/ou como são organizadas, respeitando tempos e ritmos de bebês e crianças.

o compromisso ético com o direito das crianças para uma educação de qualidade, que acolhe a todos sem distinção.

Portanto, ao se falar em paz na Educação Infantil, tratamos de um cotidiano em que a organização e o planejamento da jornada vivida na unidade contribuem para interações e relações que possibilitam que bebês e crianças, profissionais, famílias e todos que ali convivem, aprendam a conviver em paz uns com os outros, a estabelecer relações solidárias e democráticas baseadas no respeito.

Dessa forma, as propostas para Educação Infantil devem ser pensadas por meio da organização da jornada, considerando tempos, espaços, materiais e agrupamentos. Para isso, em cada proposta é necessário refletir:



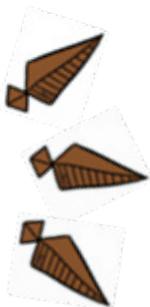
Ao considerar esses elementos, reconhecemos a inteireza dos bebês e das crianças e a necessidade de garantir o desenvolvimento integral deles, pois eles vivem a jornada na unidade com todo o seu corpo, aprendem a respeitar o ritmo e as formas de se manifestar de cada um, criando assim, um ambiente de paz.

# PROGRAMA CURITIBINHAS NA INCLUSÃO, *BULLYING* NÃO!

Texto elaborado pelo Departamento de Inclusão e Atendimento Educacional Especializado - DIAEE

O Departamento de Inclusão e Atendimento Educacional Especializado (DIAEE) possui um programa que dialoga com a Educação para a Paz de forma muito próxima: o “Programa Curitibinhas na Inclusão, Bullying Não!”. Este traz como objetivo o desenvolvimento de ações preventivas à violência sistemática que acontecem por meio da apropriação do educando sobre o conceito do bullying, o que caracteriza esse fenômeno e suas consequências, bem como o que fazer efetivamente tanto para a prevenção de acontecimentos indesejados, quanto, posteriormente, caso já tenha ocorrido algum fato.

O Programa conta com uma mascote, a Galha Sementinha, que, com sua imagem acolhedora, faz sucesso por onde passa. Contudo, o mais importante que seu sucesso, ela tem um papel fundamental em nossa Rede Municipal de Ensino: espalhar por nossa cidade as sementes da boa convivência, valores estes representados por palavras em pinhões.



Porém, a prevenção e o combate ao bullying deve ser feito não apenas por palavras, mas principalmente pelo exemplo prático, visível e consistente, por meio das ações desenvolvidas pelas unidades educacionais, explorando os espaços e buscando alternativas para todos refletirem sobre a prática de valores, como: amor, respeito, solidariedade, amizade, acolhimento, entre outros.

Não há dúvidas de que o melhor recurso contra o bullying nas escolas é a prevenção. Com o fornecimento de informações a toda a comunidade escolar (alunos, pais, professores e demais funcionários), rompe-se a primeira das armadilhas desse fenômeno: o silêncio. Crianças e adolescentes são plenamente capazes de falar sobre seus medos e inseguranças, porém, para isso, precisam de espaço, respeito e segurança (Meier, 2013, p. 96).

Para tanto, é imprescindível o trabalho educacional sobre o respeito às singularidades de cada um, assim como, os valores morais, éticos e principalmente humanos, os quais nos permitem viver em harmonia e sem preconceitos.

#### MEDIADOR

É a referência para participar das formações. Deve compartilhar o conhecimento de prevenção ao bullying, multiplicando-o para a equipe da unidade e fomentando as ações a serem realizadas pelas crianças e estudantes.

O primeiro passo para que o Programa aconteça de forma eficiente nas unidades é a escolha de um mediador, realizada pela equipe da própria unidade. Posteriormente, são organizadas as ações a serem realizadas no trimestre, elas são registradas em um plano de ação. A unidade educacional tem liberdade de escolher as ações mais indicadas para suas crianças/estudantes, decidindo se estas serão realizadas em todas as turmas ou especificamente em alguma, intencionando a sensibilização do estudante ao tema. É indicado que sejam feitos registros por imagens, áudios e/ou vídeos para a construção de um portfólio. Anualmente, após a realização das ações referente ao programa, sempre próximo ao Dia Mundial de Combate ao Bullying, em 10 de outubro, é chegado o momento de compartilhar algumas delas em um grande Seminário, por meio da exposição das

atividades realizadas pelas crianças/estudantes e pelos relatos de experiências dos mediadores das unidades educacionais.

Dentre as ações que a unidade pode realizar, trazemos a sugestão do teatro. O teatro é uma ótima ferramenta para integrar, socializar ideias e acima de tudo desenvolver a aprendizagem de uma maneira lúdica. Sugerimos que o teatro aconteça após o trabalho de ações de prevenção ao bullying e discussões acerca do tema, pois isto reverbera como uma ampliação de repertório para que os estudantes possam sugerir e montar todo o teatro, desde a escrita da história, definições em grupo do figurino, maquiagem, cenário, entre outros elementos necessários para a produção. Essa organização e produção auxilia o aprimoramento da língua portuguesa, da oralidade, do convívio social, da tomada de decisões e da resolução de conflitos. Os estudantes aprendem a expressar seus sentimentos, medos e desejos, o que é essencial para o desenvolvimento emocional. Junto a toda essa perspectiva de desenvolvimento pessoal, trabalhamos a prevenção e combate ao bullying e a aproximação da família no ambiente escolar como instituição parceira.

Cabe ressaltar que a Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC) está comprometida com a Agenda 2030, que visa o desenvolvimento sustentável, objetivando elevar o desenvolvimento do mundo e melhorar a qualidade de vida das pessoas. Diante disso, o “Programa Curitibinhas na Inclusão, Bullying Não!” adotou o lema da Agenda 2030 em seu juramento, o qual é: “não deixar ninguém para trás”. O Programa conta atualmente com 353 mediadores, que desenvolvem ações e realizam o programa de acordo com os indicadores, fazendo com que as ações sejam realizadas com intencionalidade e com muita qualidade. Este programa tem sido realizado de forma abrangente nas unidades, proporcionando que as crianças e estudantes se apropriem

das sementes da boa convivência, desenvolvendo o cuidado e prevenindo o bullying.

PARA SABER MAIS:  
VOCÊ PODE ACESSAR AO CADERNO  
DO PROGRAMA CURITIBINHAS NA INCLUSÃO  
E DE MAIS MATERIAIS NO LINK:

<https://educacao.curitiba.pr.gov.br/conteudo/gerencia-de-cooperacao-e-encaminhamentos-especializados-gcooper/8422>

OU ACESSANDO O QR CODE:



# A PAZ É UMA ÁRVORE QUE, SE REGADA COM GENEROSIDADE, TRARÁ OS MAIS DOCES FRUTOS

Texto elaborado pela Gerência de Currículo  
do Departamento de Ensino Fundamental - DEF

O Currículo do Ensino Fundamental: Diálogos com a BNCC, com base nas Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos, estabelece que

[...] o papel da escola para a construção de uma cidade educadora perpassa pela incorporação e pela defesa da educação em direitos humanos [...] sendo eles: dignidade humana, igualdade de direitos, reconhecimento, valorização das diferenças e das diversidades, laicidade, democracia na educação, transversalidade, vivência e a globalidade, equidade e sustentabilidades socioambiental (Curitiba, Prefeitura Municipal, 2020b, p. 46).

Sabemos que alguns destes direitos pressupõem o desenvolvimento de políticas públicas, verbas, estruturas, entre outros elementos. No entanto, a prática docente também possui um papel fundamental no desenvolvimento dos princípios de direitos humanos nas escolas do município. A escola e toda a comunidade envolvida no processo educativo, deve, de acordo com Currículo, assumir um compromisso com a diversidade, desenvolvendo ações que possibilitem a “promoção, prevenção, proteção, defesa e reparação de direitos”, favorecendo “a emancipação de sujeitos historicamente excluídos, para a construção de uma sociedade justa e equânime” (Curitiba, Prefeitura Municipal, 2020b, p. 46).

Uma das formas de promover os direitos humanos nas práticas docentes é o desenvolvimento de ações que preconizam a Educação para a Paz, levando os estudantes e a comunidade escolar a refletirem sobre elementos cotidianos, linguagens, ações, entre tantas outras questões. Nesse sentido, com base no Currículo do Ensino Fundamental e através de um trabalho integrado entre as diferentes áreas do conhecimento e seus componentes curriculares, escolheu-se um dos

elementos presentes na vida de toda pessoa humana e que, no desenvolvimento da Educação para a Paz, merece uma atenção especial: os sentimentos humanos.

Assim, elencamos alguns sentimentos presentes no nosso cotidiano, seja na escola, seja nas comunidades das quais fazemos parte:



### **Assista com os estudantes do Ensino Fundamental I**

Filme: Divertidamente

Disponível em: <https://www.campusvilla.com.br/biblioteca/divertida-mente/>.

Os filmes da Disney/Pixar, Divertidamente 1 e 2, tratam de forma lúdica, sobre os sentimentos, mostrando como eles estão presentes dentro de todas as pessoas.

- Estranhamento – sentimento que surge ao nos depararmos com algo novo, que não faz parte de nossa cultura e/ou experiências de vida.
- Desejo – marcado pelas expectativas e vontades que temos com relação a alguma situação, objeto, pessoa, entre outros.
- Medo – ele pode surgir de várias formas e cada pessoa irá externá-lo de uma forma diferente.
- Calma – tranquilidade, sensação de relaxamento e de conforto.
- Dúvida – principalmente no âmbito escolar (seja com o estudante que está aprendendo ou um professor que está chegando numa escola nova), este sentimento pode surgir e se manifestar de diferentes formas.

- Satisfação – sentir-se bem por ter atingido um objetivo.
- Empatia – desenvolver a capacidade de reconhecer os sentimentos do outro e respeitá-lo, bem como desenvolver atitudes que possam confortar aqueles que não estão se sentindo bem.



### **Assista com os estudantes do Ensino Fundamental II**

Filme: A Corrente do Bem

Disponível em: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-28027/>.

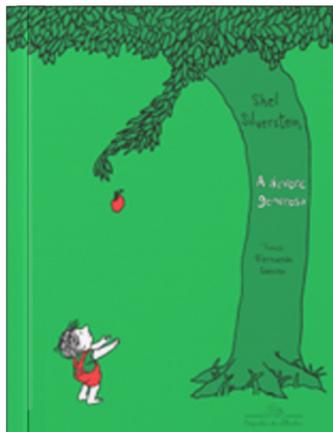
A Corrente do Bem é um filme que retrata a experiência de um professor de Sociologia que decide propor aos estudantes um desafio: desenvolver uma atitude que possa mudar o mundo. Um de seus alunos, resolve então, que fará um favor a uma pessoa, esta deverá realizar um favor a outras três e assim por diante. O filme nos mostra como essas pequenas atitudes fazem a diferença na vida das pessoas.

Pensando nestes aspectos, que são inerentes ao processo de sociabilidade, é importante que o professor desenvolva práticas pedagógicas, dialógicas e horizontais, em que os estudantes possam externar seus sentimentos, aprender a respeitar os sentimentos dos demais, e assim, construir um ambiente de empatia e alteridade. Isso pode ocorrer em ações elaboradas como sequências didáticas, projetos, feiras, seminários e também em ações da rotina escolar, como: promover momentos cooperativos, trabalhos coletivos, rodas de conversa, organização circular das carteiras, entre outras.

Um dos aspectos da convivência e do respeito entre os integrantes de uma comunidade é o desenvolvimento de atitudes de generosidade. Nesse sentido, destacamos que ser generoso no ambiente escolar pode se apresentar de diferentes formas: cumprimentar seus pares de forma amigável ao entrar

em um ambiente, tratar todos os funcionários da escola com respeito, agradecendo o trabalho, por exemplo, ao receber a bandeja de lanche na sala, o professor pode agradecer a pessoa que trouxe, mostrando aos estudantes a utilização destes princípios, de forma que se torne uma prática também entre eles. Entre muitas outras possibilidades que podem ser desenvolvidas no dia a dia da escola. Dessa maneira, é importante que nós e os estudantes tomemos consciência de que estes gestos, aparentemente simples, podem fazer a diferença no dia de uma pessoa.

Para desenvolver e ampliar o conhecimento dos estudantes sobre a ideia de generosidade, sugerimos a leitura do livro: *A árvore generosa*<sup>14</sup>.



### **A árvore generosa**

SILVERSTEIN, Shel (2017).

Neste livro, indicado para todas as idades, o autor trata da relação entre um menino e uma árvore. No entanto, com o desenrolar da história e o crescimento do menino, percebemos que a relação de generosidade não é recíproca, suscitando diversas reflexões sobre a importância de perceber as diferentes formas de amar e de se relacionar.

A partir da leitura do livro, o professor poderá promover uma roda de conversa em que os estudantes possam falar e refletir sobre os sentimentos demonstrados na história e suscitados por ela. Levando os estudantes a perceberem e refletirem sobre a importância de conversar sobre seus sentimentos e acolher o que os demais sentem.

<sup>14</sup> O livro foi publicado pela editora Cosacnaify e pela Companhia das Letras, escrito e ilustrado por Shel Silverstein e traduzido por Fernando Sabino e está disponível no acervo do PNAIC. Também é possível encontrar diversos vídeos no Youtube, narrando a história.

Na sequência, poderá propor aos estudantes a elaboração de bilhetes<sup>15</sup> com mensagens positivas (que podem ser palavras, frases ou desenhos de acordo com a faixa etária dos estudantes), e a partir disso, criar uma “árvore generosa”, pendurando as mensagens nos galhos.

A árvore construída coletivamente pelos estudantes pode ser feita utilizando galhos secos, materiais alternativos e até mesmo desenhada em um mural, e deve ser colocada em um local de fácil acesso. A ideia é que, nos dias em que os estudantes se sentirem tristes, com medo, com dúvidas, entre outros sentimentos desconfortáveis, possam retirar um dos bilhetes e sentirem-se acolhidos e motivados. A seguir, algumas respresentações dessa atividade:

Figura 11: Árvore de desejos



Fonte: SME (2023).

Figura 12: Árvore Baobá



Fonte: SME (2019).

<sup>15</sup> A proposta é inspirada na Lenda da Tanabata.

A proposta pode ser ampliada, colocando uma árvore no pátio da escola, e ao lado, filipetas de papel para que todas as pessoas que passarem por ela possam deixar mensagens positivas para os demais.

Figura 13: Árvore Tanabata de bambu



Fonte: Gyro/Istock (2017).

Figura 14: Colagem formando uma árvore



Fonte: Alunoon (2024).



### Ampliando as discussões

Sugerimos, também, a leitura e a discussão com os estudantes sobre a Carta da Terra para as crianças, em que poderão reconhecer nossa responsabilidade uns com os outros, com todas as formas de vida e com as futuras gerações. Você poderá acessar o material pelo link:

Disponível em <https://pt.slideshare.net/dmenezes0405/carta-da-terra-para-criancas-15540804>.



# O RESPEITO, A COLABORAÇÃO E A PROMOÇÃO DO DIÁLOGO CONSTRUTIVO NA SOCIEDADE

Texto elaborado pelo Departamento de Desenvolvimento Profissional - DDP

No Departamento de Desenvolvimento Profissional (DDP), as gerências de Inovação Pedagógica (GIP), Desenvolvimento Profissional (GDP), Informação e Tecnologia (GIT) e Educação, Cultura e Desenvolvimento Pessoal (GECDP) coordenam uma série de projetos voltados para a exploração da cultura e das tecnologias em suas potencialidades. Dentre essas iniciativas, destaca-se o programa “Jornalistas Mirins”, no qual estudantes produzem textos de diferentes gêneros textuais, vídeos e podcasts e podem realizar a publicação no site “Extra Extra”.

Ao integrar essas atividades tecnológicas com a educação para a paz, a SME não apenas promove o desenvolvimento acadêmico, mas também fortalece a formação de cidadãos comprometidos com valores fundamentais, como o respeito, a colaboração e a promoção do diálogo construtivo na sociedade. Essa integração demonstra a aplicação prática da educação para a paz em contextos educacionais, contribuindo para a formação de indivíduos capazes de influenciar positivamente o seu entorno, oportunizando uma educação para a paz.

De acordo com Diskin:

[...] assegurar que os conflitos inerentes ao relacionamento humano sejam resolvidos de forma não violenta, com base nos valores tradicionais de paz, incluindo-se a justiça, liberdade, equidade, solidariedade, tolerância e respeito pela dignidade humana. Uma cultura de paz requer aprendizado e uso de novas técnicas para o gerenciamento e resolução pacífica de conflitos. As pessoas devem aprender como encarar os conflitos sem recorrer a violência ou dominação e dentro de um quadro de respeito mútuo e diálogo permanente (2009, p. 25).

Considerando o envolvimento ativo dos estudantes no programa “Jornalistas Mirins”, conduzido pela GIP da SME, sugerimos a implementação de ações direcionadas à promoção da educação para a paz. Esta iniciativa busca não apenas fortalecer as habilidades jornalísticas dos participantes, mas também contribuir para a criação de um ambiente escolar mais harmonioso e inclusivo. A proposta pedagógica visa não só conscientizar sobre a educação para a paz, mas também instigar a reflexão e a transformação de atitudes, colaborando para a edificação de uma sociedade mais justa, democrática e pacífica.

Iniciar a proposta com pesquisas sobre a educação para a paz, ética jornalística e técnicas de entrevista. Organizar círculos de diálogo em pequenos grupos, nos quais os estudantes possam compartilhar suas perspectivas sobre o que significa educação para a paz e discutir maneiras de implementar esses valores no cotidiano escolar. Para dar continuidade a este processo introdutório, os estudantes podem também desenvolver reportagens investigativas sobre práticas de não-violência adotadas localmente, abordando histórias de superação de conflitos, iniciativas de diálogo e projetos que promovem a educação para a paz.

Outra possibilidade, seria criar uma campanha digital no site do programa “Jornalistas Mirins” para sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância da Educação para a Paz. Utilizar hashtags, vídeos curtos e mensagens impactantes. Publicar regularmente no site “Extra Extra” as matérias e entrevistas, compartilhando aprendizados e perspectivas. Também estabelecer parcerias com organizações não governamentais (ONGs) locais que trabalham na promoção da paz. Os representantes dessas organizações podem realizar workshops interativos e compartilhar recursos educativos.

Essas propostas têm como objetivo não apenas informar, mas inspirar ações concretas e promover a mudança de mentalidade em relação à construção da paz. Ao utilizar a plataforma “Extra Extra”, os estudantes poderão compartilhar suas perspectivas, experiências e aprendizados, contribuindo para a disseminação de uma educação para a paz na comunidade escolar e fora dela.



Também no contexto do DDP, às gerências de Desenvolvimento Profissional e Cultural têm como pressuposto o planejamento, execução e avaliação das diferentes modalidades formativas para os profissionais da Rede Municipal de Ensino e comunidade, na perspectiva do desenvolvimento profissional e pessoal. Sendo assim, sugere proposições voltadas para a educação para a paz, partindo de produções cinematográficas e fonográficas.

# EDUCAÇÃO PARA A PAZ EM TEMPO AMPLIADO

104

Texto elaborado pela Gerência de Educação Integral em Tempo Ampliado do Departamento de Ensino Fundamental - DEF

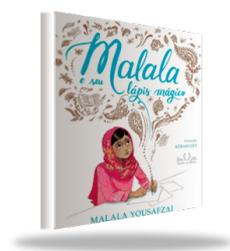
No ano de 2022, a Gerência da Educação Integral em Tempo Ampliado propôs o primeiro volume do caderno de Práticas Educativas Integradas, intitulado de Referencial da Educação Integral da Rede Municipal de Ensino de Curitiba: Práticas Educativas Integradas.



Este material teve como princípio o trabalho com os direitos humanos a partir do diálogo entre a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a leitura literária. Para essa articulação, foram utilizadas duas obras literárias inspiradas na vida de Malala Yousafzai.

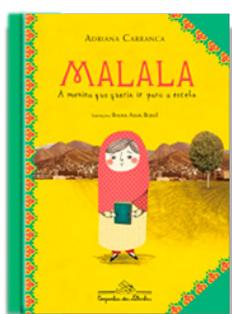
As duas obras sugeridas no material encontram-se disponíveis nas bibliotecas da RME e oportunizam aos leitores e/ou ouvintes das histórias uma aprendizagem a respeito de outras culturas, abrindo espaço para discussões acerca das culturas que

compõem a sala de aula e o meio social ao qual os estudantes estão inseridos.



### **Malala e seu lápis mágico**

Autora: Malala Yousafzai



### **Malala, a menina que queria ir para a escola**

Autora: Adriana Carranca

De acordo com o Referencial das Práticas Integradas (Curitiba, Prefeitura Municipal, 2022c) e as propostas didáticas nele apresentadas, o trabalho com essas obras pode transitar por todas as Práticas Educativas da Educação Integral em Tempo Ampliado. Nessa perspectiva, amplia-se a concepção de que a Educação para a Paz necessita ser um movimento constante e insistente nos ambientes formais de educação.

Além da leitura literária, como um momento de proporcionar ao leitor o encontro com o outro (Cosson, 2016) e um direito de toda a humanidade (Candido, 1995), assumida pelas Práticas de Língua Portuguesa, mas que pode ser mediada por todas as Práticas Educativas, são sugeridos jogos, brincadeiras e

atividades que abordam temáticas que dialogam com as especificidades de cada uma das Práticas Educativas.

As Práticas de Movimento trazem reflexões acerca da representatividade das mulheres nos esportes. O trabalho com a democracia é estimulado pelas Práticas de Educação Ambiental. As Práticas de Ciência e Tecnologia, a partir de uma leitura crítica, discute questões sobre a sustentabilidade. Com relação às Práticas Artísticas, o outro é vivenciado a partir da criação de cenas. A interculturalidade é dinamizada a partir de atividades e reflexões sugeridas pelas Práticas de Língua Estrangeira, já as Práticas de Matemática integra o processo de aprendizagem à realidade contextual dos estudantes.

Cabe ressaltar que as tônicas apresentadas no material são caras para a disseminação da Educação para a Paz, e as propostas possibilitam o trabalho tanto com o Ciclo I quanto com o Ciclo

II e podem ser reconfiguradas de acordo com as especificidades de cada turma.

O Referencial da Educação Integral da Rede Municipal de Ensino de Curitiba: Práticas Educativas Integradas (Curitiba, Prefeitura Municipal, 2022c) configura-se como um material didático-pedagógico que abre espaço para o desenvolvimento de outras atividades pedagógicas, selecionando outras obras literárias e/ou fílmicas que versam sobre uma Educação para a Paz.



# PROJETO EDUCAÇÃO PARA A PAZ: CONECTANDO GERAÇÕES

Texto elaborado pela Gerência de  
Educação de Jovens (EJA) e Adultos  
do Departamento de Ensino Fundamental - DEF

A Rede Municipal de Ensino Curitiba conta atualmente com 47 escolas que atendem à demanda da modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A Gerência da Educação de Jovens e Adultos atua no intuito de orientar e capacitar a todos os estudantes que estão matriculados nessa modalidade, tanto em relação às questões de aprendizagem quanto às questões sociais. Curitiba, como Cidade Educadora, tem o compromisso de promover e exercer um papel educador na vida de seus cidadãos, sejam crianças, jovens, adultos ou idosos, adotando o permanente desafio da formação integral de seus habitantes. Assim, torna-se imprescindível e urgente que nossos estudantes participem efetivamente de momentos que promovam a reflexão sobre a educação para a paz e o respeito intergeracional.

## **OBJETIVO:**

- Promover a educação para a paz e o respeito mútuo a partir da ação entre os estudantes da Educação de Jovens e Adultos e as crianças e estudantes matriculados na Rede Municipal de Ensino.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- Facilitar a troca de experiências e conhecimentos entre diferentes faixas etárias, fomentando a compreensão e a empatia.
- Desenvolver habilidades em resolução de conflitos e comunicação não violenta a partir das experiências compartilhadas pelos estudantes da Educação de Jovens e Adultos.
- Criar um ambiente inclusivo e colaborativo, onde todos se sintam valorizados e respeitados.

## METODOLOGIA

Ação		Monitoramento
<b>Diagnóstico inicial</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Levantamento sobre o conhecimento prévio, percepções e experiências dos estudantes sobre questões de paz, conflitos e interações entre gerações.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O projeto deve ser apresentado às turmas envolvidas, destacando a importância da colaboração entre diferentes gerações para a construção de um ambiente pacífico e inclusivo.</li> </ul>
<b>Planejamento e estruturação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Organização de equipes formadas por estudantes da EJA com disponibilidade para desenvolver o projeto.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estabelecimento de metas para o projeto.</li> </ul>
<b>Atividades interativas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promoção de encontros durante o ano letivo com dinâmicas e/ou debates entre os estudantes da EJA e do Ensino Fundamental.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Acompanhamento e participação de todos os envolvidos no projeto, onde temas como diversidade, preconceito, cultura, direitos humanos e solução de conflitos de forma pacífica estejam presentes.</li> </ul>
<b>Ações práticas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de ações concretas na comunidade escolar como campanhas de conscientização ou projetos de incentivo à convivência escolar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Levantamento de informações sobre a maneira como os estudantes reagem a situações de conflito.</li> </ul>

## AVALIAÇÃO

Avaliação do impacto do projeto por meio de observações, relato dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos e dos estudantes do Ensino Fundamental. É importante observar possíveis mudanças comportamentais percebidas.

Ao promover a paz por meio desse projeto, os estudantes terão a oportunidade de aprender, compartilhar e cultivar valores fundamentais saudáveis para a convivência pacífica e enriquecedora.



## CONTANDO E ENCANTANDO COM HISTÓRIAS DO MUNDO TODO

Texto produzido pela Coordenadoria de Projetos

Você já fez um amigo jogando futebol? E em uma roda de conversa? Já fez o bem a alguém em um gesto simples, como trançar alguns fios ou escrever um segredo?

Todas essas formas de promover a paz podemos encontrar na Coordenadoria de Projetos, parte integrante da SME.

As ações nascem do coração de uma equipe que se preocupa com o bem-estar dos participantes, mas acima de tudo em proporcionar experiências que levem as pessoas a olharem umas para as outras de forma mais empática.

As bruxinhas da Casa Encantada não têm nada de maldade, são só amor contando e encantando com histórias do mundo todo. Elas encantam por onde passam: nas escolas, Centros de Educação Infantil e outros equipamentos públicos. Além da Rua XV de Novembro, nos faróis do saber e até em ações especiais como a do último dia 03/02/2024, no evento de visibilidade das doenças raras, que contou também com oficinas de artesanato e pintura de rosto.

Em 2024 teremos uma novidade. As bruxinhas vão passar a atender também a EJA na Casa Encantada, porque o amor pelos livros e pelas histórias não tem idade.

As bruxinhas são as agentes de leitura mais amadas do Brasil e buscam promover o encantamento pela literatura. E por falar em agentes de leitura, temos ainda os faróis do saber em praça que oferecem todo sábado de manhã, diversas atividades, como: rodas de leitura com autores, oficinas criativas, sustentáveis e diferentes momentos culturais.

Mas as ações da nossa coordenadoria não param por aí! Imagina só uma pessoa com uma experiência super bacana, compartilhar

seus conhecimentos numa live aberta? É o que propõe o “Projeto 20Ver”. Em cada edição, um convidado que vem para falar sobre sua profissão, hobby ou dar dicas sobre algo em que tem muito conhecimento. Em 2023 rolou de coleção de carrinhos à mesa posta. E o que será que nos espera em 2024?

Mesa posta lembra festa, né? Uma das ações mais marcantes do programa Comunidade Escola é o “Projeto debutantes”, que realiza uma festa de 15 anos para adolescentes que não teriam condições de realizar esse sonho. A festa de 2024 já está sendo pensada com bastante carinho pelas nossas gestoras.

Arte é tudo de bom. Por isso, na Gerência de Projetos Educacionais fazemos a gestão de projetos de dança, música, artes cênicas e artes visuais. Tem um projeto mais criativo que o outro. Os estudantes podem ser atendidos em contraturno ou após o horário de aulas.

Outra forma muito legal de fazer amigos é em uma roda de música e tem muita música na nossa coordenadoria. Os projetos de canto coral, fanfarra e violão garantem acesso à prática da música, que sabemos que é umas das formas de artes que mais desenvolve diferentes capacidades nas pessoas, além de ser um exercício de prazer e apreciação. Mas até para ser plateia existe um aprendizado. É o que faz o “Projeto Bravíssimo” que leva estudantes da rede municipal para espaços culturais, onde eles assistem a uma palestra sobre formação de plateia e tem a chance de apreciar a boa música com artistas renomados.

Uma das formas de promover a Educação para a Paz, além das ações inclusivas e práticas de boa convivência, é a implementação de projetos esportivos e a Coordenadoria de Projetos que busca sempre fazer uma gestão colaborativa por meio do acompanhamento e apoio às ações.

Sabemos que muitas pessoas confundem adversários com inimigos, principalmente dentro dos estádios de futebol, mas em todas as nossas unidades e em todos os projetos de esporte, o que se ensina é o máximo respeito pelo adversário. E por falar em futebol, um dos nossos parceiros, o Instituto Futebol de Rua promove justamente a prática da fair play. Você já tinha ouvido falar dessa palavra? Em tradução livre ela significa jogo limpo, forma correta de agir. Nesse projeto, valoriza-se a beleza dos dribles feitos no futebol, sendo que eles valem mais que cada gol. A intenção é que se desenvolva respeito e jogo limpo.

Já a Associação Maestro da Bola leva o futebol de futsal para nossas crianças, sempre ensinando o máximo respeito entre os atletas e a boa convivência. A metodologia da Maestro consiste no objetivo do projeto de sociabilização; o foco da metodologia e sua aplicação é criar um vínculo da criança com o desporto, desenvolvendo um gosto pela prática desportiva que carregará para o resto de sua vida, assim, tornando-se um adulto praticante de atividades físicas.

Até mesmo esportes de contato como o rugby promovem a educação para a paz, você sabia? Apesar dos tackles, que é a técnica usada para derrubar o jogador adversário na grama, o rugby tem suas regras e os professores do Curitiba Rugby, nosso parceiro, ensinam a disciplina e como fazer todos os fundamentos do esporte sem machucar cada colega, mantendo o respeito ao adversário e a união entre as pessoas do mesmo time.

Mas a bola do rugby não é a única bola oval que rola por aqui. O projeto Flag do Futuro ensinará nesse ano flag football aos nossos estudantes. O flag é uma versão sem contato do futebol americano, um jogo de ganho de território em que o objetivo é chegar com a bola ao fim do campo adversário sem ter sua flag ou bandeira retirada da cintura. Tanto rugby quanto o flag são

esportes olímpicos. Os jogos olímpicos hoje é o maior evento esportivo do mundo e também uma forma de promover a paz e a tolerância entre países de diferentes culturas.

Diferentes esses esportes né? E punhobol, você já ouviu falar? Parece o voleibol, mas é jogado com o punho ao invés das mãos e também estará presente em várias unidades escolares em 2024, além de golfe, voleibol e outros esportes. No PROFESP (Programa Forças no Esporte) os estudantes vão ao CINDACTA II, quartel da Força Aérea Brasileira, aprender várias modalidades esportivas, inclusive artes marciais.

Mas eu duvido que você adivinhe qual a prática esportiva mais popular entre as nossas unidades educacionais. Eu estou falando do xadrez. Todos os anos nossos estudantes fazem bonito nos campeonatos da modalidade e levam o nome da Prefeitura Municipal de Curitiba aos degraus mais elevados do pódio.

Além dos esportes, nossos estudantes têm também a oportunidade de aprender as regras de trânsito por meio dos projetos “Trânsito com Educação e Ciranda no Trânsito”, que procuram formar futuros motoristas mais conscientes e garantir a paz também nesse ambiente.

O Projeto Justiça também se Aprende na Escola mostra às crianças como funciona nosso sistema de justiça e, olha que bacana, eles aprendem isso com juízes e magistrados que fazem parte do projeto.

A saúde tem papel importante na nossa coordenadoria também, com os projetos de prevenção à dengue e descarte correto de medicamentos, porque saúde e preservação do planeta também são formas de garantir a paz.

Os esportes e outras práticas mostram que as competições também são formas de promover a paz, já que mostram que as pessoas são boas em diferentes práticas. Em 2024 teremos

novamente o Concurso Literário, promovido pela Gerência de Faróis do Saber e Bibliotecas. Desta vez a linguagem escolhida para a competição é o gênero textual cartão postal. Cada participante deverá elaborar uma ilustração ou foto e no verso do cartão a parte escrita.

Mas como promover a paz no ambiente de trabalho? Um desafio né? Na nossa coordenação buscamos viver no nosso pequeno cosmo local de forma colaborativa, mediando os conflitos por meio de conversas e momentos de descontração, além de dinâmicas realizadas pela coordenadora. Os momentos de elaboração das ações de forma conjunta é uma forma de unir as diferentes ideias e também uma forma de cada participante conhecer um pouco mais seus pares de trabalho, os laços acabam se estreitando e ganhamos mais do que colegas, ganhamos amigos para a vida. A humanização das ações que fazemos só é possível a partir das boas práticas no ambiente em que elas são criadas.

E é dessa forma que a Coordenação de Projetos pretende promover a Educação para a Paz em 2024.



Texto Produzido pelo Núcleo de Mídias Educacionais - NUME

## **PÚBLICO-ALVO: Ciclo II**

### **OBJETIVOS:**

- Desenvolver habilidades de cooperação, empatia e resolução de conflitos.
- Buscar alternativas de paz, com ações transformadoras da realidade, acerca da situação vivenciada no dia a dia.
- Refletir sobre princípios fundamentais da paz e sua aplicação prática para uma sociedade justa.

### **ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO:**

- Apresentação dos princípios da paz, resolução de conflitos e importância da cooperação.
- Discussão em grupos sobre experiências relacionadas à resolução de conflitos e situações pacíficas.
- Discussão sobre como os conceitos de paz podem ser aplicados nos jogos.
- Propor que, em grupos, joguem “Vigilantes do Bullying”, produzido pelo Ministério Público de Minas Gerais.
- Realização de discussões em grupo após o jogo.
- Análise das estratégias utilizadas, desafios enfrentados e lições aprendidas.
- Conexão das experiências dos estudantes com os princípios da paz.
- Sugestão: produção de infográfico relacionado ao tema.



- Imprimir o dado para montá-lo.



- Os peões do jogo podem ser tampinhas de garrafa ou outro objeto.

## COMO JOGAR:

Os jogadores podem decidir quem irá começar no par ou ímpar ou rolando o dado para ver quem tira o número maior. A sequência dos jogadores segue o sentido horário.

Cada jogador rolará o dado uma vez e a face que cair para cima indicará quantas casas o participante andará no tabuleiro ou se perderá a vez.

Caso o participante pare em uma das casas com carinhas ou estrelinhas, deverá identificar, na tabela localizada na parte inferior do tabuleiro, quantas casas terão de ser avançadas.

Andando pelo tabuleiro, o participante também poderá cair em uma das mãozinhas, que lhe darão o direito de escolher outro participante para voltar uma ou duas casas. Mas atenção: quando o participante voltar uma ou duas casas e parar em uma carinha ou estrelinha, ele não poderá utilizar o prêmio daquela casa.

Ganha a brincadeira quem finalizar primeiro todo o trajeto.

Divirta-se e diga não ao bullying.

# COORDENADORIA DE REGULARIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS

118

Texto elaborado pela Coordenadoria de Regularização e Funcionamento das Instituições Educacionais - CRFE

Ao refletirmos sobre o tema Educação para a Paz no cotidiano da Coordenadoria de Regularização e Funcionamento das Instituições Educacionais - CRFE, buscamos ações que sejam pautadas na colaboração, no diálogo, no respeito, na gentileza, na cooperação, na tolerância, na solidariedade, na sensibilidade e na empatia. Acreditamos que esse conjunto de valores, ao se tornar alicerce do nosso grupo de trabalho, revelam na convivência entre os pares e com as outras pessoas, o compromisso com uma educação mais humana na Cidade Educadora.

As ações desenvolvidas pela Coordenadoria extrapolam as execuções dos regulamentos e leis, pois mediante aos encaminhamentos e tratativas, buscamos estabelecer vínculos que permitam compreender as diferentes perspectivas que deverão obrigatoriamente concordar com a legislação que rege a educação nacional. Para além do nosso compromisso com a vida legal das instituições educacionais, procuramos construir relação de confiabilidade em um processo contínuo que não se encerra em cada etapa ou desafio do trabalho diário, mas perpassa por relações de diálogo e confiança. Nesse sentido, a escuta respeitosa constante favorece o repensar da prática das unidades educacionais em situações do dia a dia, na mediação de conflitos e/ou outras situações-problema. E quando possível, são realizadas orientações para a resolução da situação.

Cotidianamente, ao lidar com as ações de credenciamento, autorização e renovação de funcionamento das instituições privadas, são observados os contextos históricos, sociais, culturais, étnicos, religiosos e econômicos dos diferentes sujeitos da sociedade civil que se propõem a abrir um estabelecimento educacional.

Observamos no ambiente de trabalho da CRFE, o princípio da equidade no trato com as diferentes instituições pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino - SISMEN, públicas e privadas, reconhecendo e valorizando as variadas configurações, estruturas e filosofias, na defesa do direito à educação de qualidade.

Na construção contínua da identidade de cada unidade educacional proposta, implementada e revelada no Projeto Político-Pedagógico e Regimento, a Educação em Direitos Humanos torna-se fundamental nas ações do cotidiano escolar e envolve os aspectos pedagógicos, administrativos e o atendimento às crianças e suas famílias.

Ao pensarmos em nossas ações formativas, procuramos avaliar como vivenciamos e praticamos os princípios da Educação para a Paz, buscando ações que favoreçam esta educação. Esses princípios devem ser observados e praticados no ambiente de trabalho para que as ações e promoção da Educação para a Paz sejam eficazes em nosso cotidiano, o que pressupõe coerência nas ações.

As ações formativas propostas envolvem a reflexão, o conhecimento da realidade, a valorização da diferença e da diversidade do trabalho entre cada unidade educacional. São pautadas na homologia dos processos, termo utilizado por Donald Schon que destaca a coerência entre as ações formativas e as expectativas do trabalho realizado pelos professores nas unidades educacionais. Assim, desejamos práticas reflexivas e não transmissíveis, dialógicas e não impositivas, pois o modo como as ações formativas são realizadas reverberam no cotidiano das unidades educacionais e refletem em suas práticas pedagógicas.



## REFERÊNCIAS

AICE — ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS. **Carta das Cidades Educadoras**. Barcelona: AICE, 2020. Disponível em: [https://www.edcities.org/wp-content/uploads/2020/11/PT\\_Carta.pdf](https://www.edcities.org/wp-content/uploads/2020/11/PT_Carta.pdf). Acesso em: 15 abr. 2023.

ALMEIDA, S. L. Republicanismo e questão racial. *In*: SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. (org.). **Dicionário da república**: 51 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

APPADURAI, A. **Modernity at Large**: Cultural Dimensions of Globalization. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

ARROYO, M. G. **Ofício de mestre**: Imagens e autoimagens. Petrópolis: Vozes, 2000.

BENEVIDES, M. V. Direitos humanos: desafios para o século XXI. *In*: SILVEIRA, Rosa Maria G. (Org.), et al. **Educação em Direitos Humanos**: Fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007, p. 335-350. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2014/07/merged.compressed.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.

BENEVIDES, M. V. Educação em Direitos Humanos: de que se Trata?. *In*: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000. (Palestra de abertura). Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/9\\_benevides.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/9_benevides.pdf). Acesso em: 26 out. 2023.

BORDAS, M. A. **Manual da criança caiçara**. São Paulo: Peirópolis, 2011.

BRASIL. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei Federal nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, seção 1. Brasília, DF, ano 134, n. 248, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei Federal nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Edição Extra, p. 1. Brasília: DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Parecer CNE nº 8, de 6 de março de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. **Diário Oficial da União**, seção 1, p. 33, Brasília, DF, 30 mar. 2012.

CANDAU, V. M. F. Direitos Humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**. v. 13, n. 37, jan./abr. 2008.

CANDIDO, A. **O direito à Literatura**. In: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1995, p. 169-191.

COSSON, R. **Letramento literário**: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

CRAHAY, M. **Poderá a escola ser justa e eficaz?** Da igualdade das oportunidades à igualdade dos conhecimentos. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

CRESPO, S. Hans Küung: Ética global deve começar pela política. **Câmara dos Deputados**. Notícias. Brasília, DF, 25 out. 2007. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/hans-kung-etica-global-deve-comecar-pela-politica>. Acesso em: 13 ago. 2024.

CURITIBA. Lei Municipal nº 14.681. Plano Municipal de Educação da cidade de Curitiba. **Diário Oficial do Município**: seção 3, n. 115, p. 13. Curitiba, 2015.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. **Currículo da Educação Infantil**: Diálogos com a BNCC. Curitiba: SME, 2020a.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. **Currículo do Ensino Fundamental**: Diálogos com a BNCC. 1.º ao 9.º ano. v. 4. Linguagens. Curitiba: SME, 2020b.

CURITIBA. Prefeitura Municipal de Curitiba. Secretaria Municipal da Educação. **Diretrizes Curriculares Municipais de Educação Ambiental**. Curitiba: SME, 2020c.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. **Linhas do Conhecimento**. Curitiba: SME, 2023. Disponível em: <https://mid-educacao.curitiba.pr.gov.br/2023/12/pdf/00457153.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2023.

CURITIBA. Prefeitura Municipal de Curitiba. Secretaria Municipal da Educação. **Programa LEIA+**. Curitiba: SME, 2020d.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. **LEIA+ Crianças no Mundo**: Um encontro com as culturas infantis. Curitiba: SME, 2022a.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. **Protagonismo Feminino**: ações pedagógicas para a não violência. Curitiba: SME, 2022b.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. **Referencial da Educação Integral**: Práticas Integradas. Curitiba: SME, 2022c.

DAYRELL, J. Múltiplos olhares sobre educação e cultura. *In*: DAYRELL, Juarez Tarcísio (org). **A escola como espaço sociocultural**. Belo Horizonte: UFMG, 2001, pp. 136-161.

DISKIN, L. **Cultura de paz**: redes de convivência. São Paulo: Senac. 2009.

DUPRET, L. Cultura de paz e ações sócio-educativas: desafios para a escola contemporânea. **Psicologia Escolar Educacional**. v. 6. jun./2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/qN7SbH7nMvtndmg7qvtcJLL>. Acesso em: 13 ago. 2024.

FELIPE, J. Entre batons, esmaltes e fantasias. *In*. MEYER, D. SOARES, R. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Mediação, 2004. p. 53-65.

FOCHI, P. S. **A Documentação Pedagógica como estratégia para a construção do conhecimento praxiológico**: o caso do Observatório da Cultura Infantil - OBECI. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019

FREIRE, N. **Educação para a paz segundo Paulo Freire.** Educação. Porto Alegre - RS, ano XXIX, n. 2 (59), p. 387 – 393, maio/ago. 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança:** Um reencontro com a Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GADOTTI, M. **Diversidade cultural e educação para todos.** Rio de Janeiro: Graal, 1992.

GADOTTI, M. **Educar para a sustentabilidade:** uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GALEANO, E. **As palavras andantes.** Rio de Janeiro: L&PM, 1994.

hooks, b. **Tudo sobre o amor:** novas perspectivas. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021. 272p.

KRENAK, A.; MAIA, B. (org.). **Caminhos para a cultura do Bem Viver.** Brasil: Cultura do Bem Viver, 2020, p. 8-9. Disponível em: [http://naturezafotos.org/public\\_html/culturadobemviver/pdf/Caminhos\\_para\\_a\\_cultura\\_do\\_Bem\\_Viver\\_Ailton\\_Krenak.pdf](http://naturezafotos.org/public_html/culturadobemviver/pdf/Caminhos_para_a_cultura_do_Bem_Viver_Ailton_Krenak.pdf). Acesso em: 09 set. 2024.

LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação.** Rio de Janeiro, n. 198. P. 20-28, abr. 2002.

LINS, B.; MACHADO, B.; ESCOURA, M. **Diferentes, não desiguais:** a questão de gênero na escola. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

LOURENÇO, F. **A roda que nos move:** circularidade, integralidade e dialogia na educação. 2019. 107f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia) - Faculdade de Educação - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

MARÍN, A. A.; GUÉRIOS, E.; STOLTZ, T. (Orgs.). Alteridade e educação ambiental: os “outros” e os escapismos do discurso ambientalista. *In:* **Educação e Alteridade.** São Carlos: EduFSCar, 2010. p. 85 - 98.

MEIER, M.; ROLIM, J. **Bullying sem blá-blá-blá**. Curitiba, PR: Intersaberes, 2013.

MONTESSORI, M. **A educação e a paz**. Tradução Sônia Maria Alvarenga Braga. Campinas: Papirus, 2014.

NGOMANE, M. **Ubuntu todos os dias: eu sou porque nós somos**. tradução: Sandra Martha Dolinsky. Rio de Janeiro: BestSeller, 2022.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>. Acesso em: 21 nov. 2022.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz**. Disponível em: [www.comitepaz.org.br/dec\\_prog\\_1.htm](http://www.comitepaz.org.br/dec_prog_1.htm). Acesso em: 1 dez. 2023.

PATRIARCADO. *In*: TOURINHO, F. S. V. *et al.* **Glossário da Diversidade**. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidade – SAAD, 2017. Disponível em: [https://noticias.ufsc.br/files/2017/10/Gloss%C3%A1rio\\_vers%C3%A3ointerativa.pdf](https://noticias.ufsc.br/files/2017/10/Gloss%C3%A1rio_vers%C3%A3ointerativa.pdf). Acesso em: 13 ago. 2024.

RIVERA, D. P. B. Laicidade, Religião e Direitos Humanos. *In*: ROSSI, L. A.; JUNQUEIRA, S. (Orgs.). **Religião, Direitos Humanos e Laicidade**. São Paulo: Fonte Editorial, 2015.

SANT'ANNA, M. R. *et al.* Entre saberes sensíveis, experiências exitosas de educação e diversidade cultural. **Revista Conexão UEPG**, v. 15, n. 3, pp. 330-338, 2019.

SILVA, G. R. **Azoilda Loretto da Trindade: O baobá dos valores civilizatórios afro-brasileiros**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2021.

SILVA, M. C. L. da, ALMEIDA, R. de O.; ALMEIDA, S. M. N. de. Tecendo olhares sobre a gestão dos conflitos na escola. *In*: **Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 15, n.1, 303–320, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/dilemas.v15n1.40621>. Acesso em: 30 abr. 2024.

TECENDO saberes, um projeto de Marie Ange Bordas. **Tecendo Saberes**. 2024. Disponível em: <https://www.tecendosaberes.com/projeto/>. Acesso em: 16 jul. 2024.

## LISTA DE IMAGENS<sup>16</sup>

**Imagem 4:** Disponível em: <https://museudascoisasbanais.com.br/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

**Imagem 5:** Disponível em: <https://museudapessoa.org/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

**Imagem 6:** Disponível em: <https://www.tecendosaberes.com/livros/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

**Imagem 7:** Disponível em: <https://www.tecendosaberes.com/livros/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

**Imagem 8:** Disponível em: <https://www.editorapeiropolis.com.br/produto/manual-da-crianca-caicara/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

**Imagem 13:** Disponível em: [https://www.istockphoto.com/br/foto/festival-tanabata-gm673604846-123936423?utm\\_campaign=srp\\_photos\\_limitedresults&utm\\_content=https%3A%2F%2Fwww.pexels.com%2Fprocurar%2Ftanabata%2F&utm\\_medium=affiliate&utm\\_source=pexels&utm\\_term=tanabata](https://www.istockphoto.com/br/foto/festival-tanabata-gm673604846-123936423?utm_campaign=srp_photos_limitedresults&utm_content=https%3A%2F%2Fwww.pexels.com%2Fprocurar%2Ftanabata%2F&utm_medium=affiliate&utm_source=pexels&utm_term=tanabata). Acesso em: 07 ago. 2024.

**Imagem 14:** Disponível em: <https://alunoon.com.br/infantil/amp/img.php?i=21669&c=343>. Acesso em: 07 ago 2024.

---

<sup>16</sup> Apresenta somente a fonte das imagens não pertencentes à SME ou a repositórios gratuitos.

# FICHA TÉCNICA

## SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO EDUCACIONAL

Andressa Woellner Duarte Pereira

## COORDENADORIA DE EQUIDADE, FAMÍLIAS E REDE DE PROTEÇÃO

Sandra Mara Piotto

### **Assistência**

Katianny Bortolan Corrêa

Regina Celi Bariquelo

### **Gerência de Equidade e Programa LEIA+**

Ana Celina Hesketh Rabuske Corsi

Andressa Cyrne da Rocha Nichetti

Isabella Araujo Marks

Josiane Inácio dos Santos

Rosane Caroline da Costa Marçal

Sonia Mari Kikuchi Nagano

### **Gerência de Rede de Proteção**

Joelise Aparecida das Flores Zappelli

Eliana Batista da Silva Penna

Fernanda Nunes de Castro Schwarzbach

Josane Gloria Real Koehler

Viviane Vieira

### **Gerência de Educação em Direitos Humanos**

Scheilla Maria Orlosqui Cavalcante da Silva

Alice Rodrigues de Góes Stelma

Daniela Fernanda Prado Neves

Lucia Maria Veiga da Silva de Faria

Ranna Emanuelle Almeida

Suely Rodrigues Silvestre

### **Equipe de Medidas Socioeducativas**

Carla Andrea Santos Cardoso

Elaine Aparecida Seneki dos Santos

Raíssa Gabriela Ferraz

Renata Lúcia Alves Pedrosa Teixeira

Tania Maria Rodrigues do Nascimento

## **Elaboração**

Ana Celina Hesketh Rabuske Corsi

Andressa Cyrne da Rocha Nichetti

Daniela Fernanda Prado Neves

Isabella Araujo Marks

Josane Gloria Real Koehler

Josiane Inácio dos Santos

Lucia Maria Veiga da Silva de Faria

Ranna Emanuelle Almeida

Rosane Caroline da Costa Marçal

Sandra Mara Piotto

Sonia Mari Kikuchi Nagano

## **Equipes elaboradoras**

Coordenadoria de Projetos

Coordenadoria de Regularização e Funcionamento das Instituições Educacionais

Departamento de Desenvolvimento Profissional

Departamento de Educação Infantil

Departamento de Inclusão e Atendimento Educacional Especializado

Departamento de Ensino Fundamental

Núcleo de Gestão para Educação Ambiental

Núcleo de Mídias Educacionais

Programa Linhas do Conhecimento

## **NÚCLEO DE MÍDIAS EDUCACIONAIS**

Haudrey Fernanda Bronner Foltran Cordeiro

## **Capa, Projeto Gráfico e Diagramação**

Thais dos Santos

## **Revisão de Língua Portuguesa**

Flávia Nolasco

Rita Fonseca









**CURITIBA**

